REVISTA
RPPS®
do Brasil

Edição 55 - Especial Boas Práticas de Gestão
DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA E POR ASSINATURA
ISS 22380108 | R$ 60,00

ANEPREM realiza, com sucesso, 1º evento híbrido do Brasil

RAIO X
Gestão do Rio de Janeiro é destaque

BOAS PRÁTICAS
RPPSs investem em melhoria de processos e são premiados

Prezado Leitor,

ERRATA

Desculpamos-nos pela nossa falha ao divulgarmos que o Instituto de Birigui/SP tem custo de R$ 60.000 reais mês para manter a Previdência Complementar. O correto é R$ 60 mil ano. A reportagem ilustra nossa edição nº 54.

Gatonaaa poderosaaa, poderosooo!

Ao fecharmos 2020 e abrir 2021 decidimos ouvir o mercado sobre as alternativas para os Regimes Próprios usarem a estratégia de alocação fora do Brasil. Lauter Ferreira da XP Investimentos, Keslley Romanelli Crispim, do Itaú e Cristiano Picollo do Bradesco são a Voz do Mercado desta edição.

Nossa capa destaca o esforço da ANEPREM em realizar a 19ª edição do Congresso Nacional em meio a Pandemia. O 1º Congresso brasileiro de previdência híbrido foi um sucesso.

Destacamos ainda a entrega do 'Oscar da Previdência' para RPPSs que são destaque na governança. E enaltecemos nas nossas páginas o belo trabalho das equipes de Viamão/RS, Juazeiro do Norte/CE, Nilópolis e Nova Iguaçu do Rio de Janeiro.

Ainda na vibe de gestão eficaz, temos a satisfação de mostrar que o RPPS de Canoas/RS tem gestão previdenciária digna de ser reverenciada.

Nosso Raio X mostra o trabalho de gestão de Resende e São Gonçalo no Rio de Janeiro.

Destaque ainda para nossos articulistas da edição. O advogado e consultor Fernando Ferreira Calazans aborda o tema 'Servidores policiais, Integralidade, Paridade, o STF, as ADI's 5039 e 5403 e o RE 1.162.672'; Conflitos de interesse nos RPPSs: diretrizes para a instituição de políticas é o paper da nossa colunista Diana Vaz de Lima; No ESPAÇO DA PREVIDÊNCIA a equipe da SPREV esmiúça a temática 'eSocial é uma ferramenta importante para empresas e RPPS'; Avaliação de Efetividade de PLDFT - Mais que uma obrigação, uma proteção foi o tema escolhido por Miriam Asmar das Neves e Roberta Sati Cassoli; A Implantação da Previdência Complementar - Como os RPPSs podem contribuir neste processo é assunto para Marcia Paim Romera.

E tem ainda um social especial do Congresso da ANEPREM para você matar a saudade de estar, presencialmente, num evento do meio.

Ahhhh.... e anota aí, muito mais conteúdo você encontra nos nossos canais digitais:

Web site Youtube Instagram Facebook Linkedin Whatsapp

Iliane Fonseca

Diretora e Editora e equipe

Expediente

Diretora e editora responsável:
Iliane Fonseca / jornalista MTE/RP 2729/GO

Financeiro:
Erlaine Gomes

Projeto Gráfico e Diagramação:
Madi Lalli 19 **99974 9890**

Fotografia/reportagem:
Iliane Fonseca e Égon Rodrigues

Contato com o mercado:
Iliane Fonseca e Débora Rodovalho

Assinatura e Promotora de Vendas Especializada:
Débora Rodovalho - 64 99987 2402

Administrativo:
Antônio Rubens

Assessoria jurídica:
Oliveira & Rizzo Advogados Associados - 64 **3441 4881**

Conselho Editorial:
Márcio Apolinário - Presidente da APEPREV
Fernando Calazans - Advogado
Heliomar Santos - Presidente da ANEPREM
Wilma Torres - Atuária
Ronaldo Oliveira - Consultor previdenciário

Colunistas nesta edição:
Diana Lima | Fernando Calazans | Lucas Fonseca
Marcia Romera | Miriam Asmar | Roberta Cassoli

Impressão:
Gráfica RB Digital

Assinatura e distribuição:
Edição impressa - assinatura: R$ 360,00
(6 edições / Circulação bimestral)
Distribuição própria para assinantes e público alvo - via Correios
www.revistarppsdobrasil.com.br
contato@revistarppsdobrasil.com.br
64 - **3411 6345** | **99949 7898** falar com **Iliane Fonseca**
Escritório:
R. Nossa Senhora de Fátima, 585
B. Nossa Senhora de Fátima - Catalão/GO
CEP: 75.709-180

- Todo nosso conteúdo editorial tem como propósito informar e orientar os envolvidos com o segmento. Os artigos assinados expressam, especificamente, a opinião de seus autores.
- Qualquer reprodução do conteúdo da Revista RPPS do Brasil, por quaisquer meios, somente com autorização por escrito da empresa responsável pela edição.
- Este conteúdo é de inteira responsabilidade do anunciante/colunista, não reflete necessariamente a opinião da Revista RPPS do Brasil.

REVISTA RPPS® do Brasil

Índice

05 A voz do mercado
Confira dicas de como investir no exterior e melhorar a performance do seu RPPS

19 Capa
O Congresso da ANEPREM foi uma oportunidade de aprendizado e networking

24 Boas práticas
RPPSs mostram que é possível ter eficácia na governança

30 Raio X
São Gonçalo e Resende são destaques na nossa coluna

BB ETF Ibovespa.

BBOV11

Taxa de administração de **0,18%**.

Prático, acessível e eficiente.
E tudo isso com a menor taxa de administração do mercado.

Mais uma opção de investimento.

Mais possibilidades para diversificar a sua carteira.

invista

Acesse bb.com.br/bbetfibovespa

Conte com a **assessoria especializada** da **BB DTVM.**

bbdtvm.distrgoverno@bb.com.br

BB DTVM

Central de Relacionamento BB 4004 0001 ou 0800 729 0001 | **SAC** 0800 729 0722 | **Ouvidoria BB** 0800 729 5678 | ou acesse **bb.com.br**

Autorregulação ANBIMA – Administração Fiduciária

Autorregulação ANBIMA – Distribuição de Produtos de Investimento

Autorregulação ANBIMA – Gestão de Recursos

Investimento no Exterior, uma alternativa para a sobrevida do RPPS?

Ao fecharmos 2020 e abrir 2021 decidimos ouvir o mercado sobre as alternativas para os Regimes Próprios usarem a estratégia de alocação fora do Brasil. **Lauter Ferreira da XP Investimentos**, **Keslley Romanelli Crispim, do Itaú** e **Cristiano Picollo do Bradesco** são a Voz do Mercado desta edição

Em meio a Pandemia, que trouxe desassossego para todos os segmentos da nossa vida e impactou sobremaneira a economia do mundo, tivemos um ano desafiante. Ao mesmo tempo 2020 foi esse ano de aprendizado, resiliência pura para os RPPSs que tiveram de encorajar e acreditar na possibilidade de "arriscar" investindo no exterior.

E essa foi a pergunta que fizemos aos nossos entrevistados nessa coluna que representa a Voz do Mercado quando o assunto é INVESTIMENTO!

Vale a pena o RPPS aplicar em investimentos no exterior?

Com a palavra: **Keslley Romanelli Crispim, Gerente de Investimentos Poder Público do Itaú**

"Investimento no exterior ainda vale a pena? Boa parte dos ganhos em 2020 foi por conta da valorização do dólar e pelas oportunidades que estamos vivendo pelo mundo. Mas ainda vale a pena sim! É claro e notório que existem outros países que sairão mais rapidamente da crise provocada pelo COVID 19. A Ásia vem se tornando e se mostrando como o novo centro de negócios do mundo, e a China é o grande destaque no mundo pós-primeiros impactos da pandemia nas economias. Existem grandes gestores no mundo que estão de olho nos negócios asiáticos, oportunidades na Europa e no mercado americano. Se excluíssemos a valorização das moedas dos fundos de investimentos no exterior, mesmo assim muitos estariam 10, 12, 15% de valorização no ano, o que mostra que existem grandes oportunidades de investimentos no mercado. Os grandes destaques são as gigantes de tecnologia, empresas de consumo, energia e outros. O

mercado americano também é outra grande oportunidade. Passado as eleições americanas e o frenesi causado pelas tensões de quem seria eleito, os índices S&P 500, Nasdaq, Dow Jones, vem continuamente tendo fortes altas e batendo recordes. Não podemos duvidar da capacidade e força da economia americana. Será que eles se recuperarão mais rápido que o Brasil no pós-pandemia? A resposta é clara: Sim! E se hoje podemos ter acesso a fundos que atuam em tantos mercados diversificados, se hoje podemos apostar que a economia japonesa, chinesa, europeia e a americana vão se recuperar com mais velocidade que a brasileira, porque não investir nesses ativos? Olhando para estas oportunidades, o banco Itaú vem com uma prateleira muito extensa e diversificada em fundos de investimentos no exterior. Nela se destacam o Itaú World Equities FIA IE, SPXI11, Itaú Ações Europa IE, Itaú Ações Japão IE, Itaú Ações Mercados Emergentes IE, além de outros fundos em renda fixa e inflação americana, bem como fundos de crédito High Yield. Para melhor entenderem sobre o assunto investimentos no exterior procure um gerente do Poder Público da sua região, ou a nossa especializada e focada equipe da Itaú Asset para ajudá-los a escolher quais são os melhores fundos para sua carteira na incansável busca da meta atuarial".

Com a palavra: **Cristiano Picollo, especialista de produtos da Bradesco Asset**

"Estamos passando por momentos inéditos e desafiadores em todo o mundo. E o ambiente de investimentos acaba sendo impactado na mesma medida, mas vale ressaltar que já passamos pelo pior momento. Após o relaxamento das medidas de isolamento social, notamos melhoras significativas nos índices de confiança das economias, o que indica um relativo sucesso nos incentivos adotados por diversos países. A aprovação da vacina para a COVID-19, em prazos recordes, além de ser um progresso ímpar para a humanidade, também pode ajudar a reduzir a incerteza de forma relevante nos próximos meses. Por outro lado, o risco de uma deterioração do quadro fiscal, a possibilidade de uma nova onda de contaminações ou até dificuldade na retomada das economias, após a redução dos programas de incentivos, são cenários que não podem ser descartados. O auge da crise, em março, reforçou diversos ensinamentos que, aliados ao cenário de manutenção de juros baixos, nos leva a dois tipos de pressupostos para o futuro:

1. Perspectiva de aumento de risco dos portfólios em geral, de acordo com a capacidade e tolerância ao risco de cada investidor.
2. Necessidade de diversificação dos portfólios, não só sob o ponto de vista de tipos de mercados, mas também do ponto de vista geográfico e prazo de investimento, dentre outros.

Neste contexto, ter investimento internacional na carteira exerce papel significativo, pois fornece de forma combinada, diversificação regional e de moedas em uma solução única, reduzindo o risco da carteira. Além disso, permitem ao investidor acessar segmentos da indústria que ainda não tem opções relevantes em nosso mercado. A BRAM tem larga experiência na oferta e gestão de fundos em ativos no exterior, sendo pioneira, por exemplo, na criação dos fundos de BDRs, em dezembro de 2011. Nosso histórico tem sido bastante positivo e, assim, gostaríamos de dividir alguns aprendizados adquiridos.

O dólar, por exemplo, é a moeda mais utilizada nas transações comerciais mundo afora e deve continuar influenciando os preços dos ativos, cenário que deve se manter no curto prazo. Vale ressaltar que é muito difícil acertar a melhor cotação do real para investir fora do Brasil, pois a taxa de câmbio sofre inúmeras influências muito difíceis de serem mensuradas e projetadas no curto prazo. Por isso, é sempre saudável investir no exterior, desde que seja feito de forma gradual, considerando ainda a diversificação no portfólio como um todo.

Outra lição importante é o uso do benefício da diversificação. Neste caso, os investimentos em renda variável no exterior têm especial importância, pois o Brasil, apesar da sua relevância na economia mundial, tem peso menor do que 1% em um portfólio global de ações. Outro ponto é o acesso a opções diferenciadas, o índice MSCI World All Countries (que inclui países em desenvolvimento) possui exposição em cerca de 49 países e 3.000 empresas em sua carteira.

Acreditamos que as economias dos países desenvolvidos e emergentes, em especial do continente asiático, devem se destacar neste período de recuperação pós-pandemia.

Desta forma, para auxiliar os investidores a navegar neste desafio, estamos aumentando a diversidade de produtos destinados a investimentos no exterior, não só auxiliando na escolha de bons gestores parceiros, mas também ofertando nossa capacidade de analisar os diferentes potenciais de crescimento dos diversos países, considerando aspectos econômicos, por exemplo, e escolha do estilo de gestão mais adequado ao ciclo econômico de cada região. Por fim, investir no exterior tem sido e continuará sendo uma alternativa enriquecedora para a qualidade dos portfólios dos investidores brasileiros".

Com a palavra: **Lauter Ferreira - Sócio XP Investimentos**

"Os fundos de investimento no Exterior já são uma realidade na carteira dos RPPSs e tem ajudado muito na rentabilidade e proteção das carteiras, principalmente nesse momento de alta volatilidade causada pela pandemia. Somente na plataforma da XP já são mais de R$ 500 milhões de recursos de RPPS alocados no exterior em fundos de ações livre global, ações de mercados emergentes, empresas de tecnologia e até robótica. Essa é a melhor forma de investir nas principais empresas do mundo como Amazon, Google, Netflix, Apple, Zoom, Alibaba entre outras, com gestão ativa de uma equipe de profissionais. Na XP buscamos parcerias com os principais gestores globais especialistas em diversas estratégias de investimentos, são casas renomadas que juntas administram mais de R$ 12 Trilhões em recursos dos principais investidores institucionais do mundo, e estão disponíveis de maneira simples e prática em fundos constituídos no Brasil que acessam exclusivamente essas estratégias".

Desejamos que você tenho sucesso nas escolhas e que construa solidez atuarial para seu RPPS! Tamos juntos para fortalecermos a cultura previdenciária brasileira. ●

Avaliação de Efetividade de PLDFT Mais que uma obrigação, uma proteção!

Com a chegada de um novo ano, surge também a necessidade de organização do calendário interno das empresas para cumprimento de seus deveres regulatórios. Em matéria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT), não é diferente. E 2021 chega com novas obrigações trazidas pela Circular Bacen nº 3978/2020, entre elas, a Avaliação de Efetividade.

Até 31 de março de 2021 as instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) devem elaborar, com data-base em 31 de dezembro de 2020, o Relatório de Avaliação de Efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos de PLDFT[1]. O Relatório deve ser encaminhado ao Comitê de Auditoria, quando houver, e ao Conselho de Administração ou, se inexistente, à Diretoria da Instituição.

O artigo 63 da Circular Bacen nº 3.978/2020 determina que o Relatório de Avaliação de Efetividade deve conter informações descritivas acerca: (i) da metodologia adotada na avaliação; (ii) dos testes aplicados; (iii) da qualificação dos avaliadores; e (iv) das deficiências identificadas. Esse mesmo artigo prescreve ainda como conteúdo mínimo do Relatório, a avaliação: (i) dos procedimentos destinados a conhecer clientes, incluindo a verificação e a validação das informações e a adequação dos dados cadastrais; (ii) dos procedimentos de monitoramento, seleção análise e comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, incluindo a avaliação de efetividade dos parâmetros de seleção de operações e de situações suspeitas; (iii) da governança da política de PLDFT; (iv) das medidas de desenvolvimento da cultura organizacional direcionadas à PLDFT; (v) dos programas de capacitação periódica de pessoal; (vi) dos procedimentos destinados a conhecer os funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados; e (vii) das ações de regularização dos apontamentos oriundos da auditoria interna e da supervisão do Bacen.

Além do Relatório, as instituições devem elaborar também um Plano de Ação[2] para solucionar as deficiências identificadas por meio da Avaliação de Efetividade. A implementação do Plano deve ser monitorada e documentada em Relatório de Acompanhamento. Tanto o Plano de Ação quanto o Relatório de Acompanhamento devem ser submetidos, até 30 de junho de 2021, à ciência e avaliação do Comitê de Auditoria, quando houver, da Diretoria da instituição e do Conselho de Administração, quando existente.

A realização da Avaliação de Efetividade, bem com a elaboração e a implementação de Plano de Ação para sanar as deficiências constatadas são, de fato, obrigações impostas pelo regulador, mas são, sobretudo, relevantes instrumentos para o contínuo aperfeiçoamento do processo de PLDFT nas instituições. São ferramentas fundamentais para avaliar e assegurar que os esforços e recursos dispendidos estejam produzindo os efeitos esperados, blindando a instituição do uso para práticas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e garantindo o cumprimento das obrigações legais e regulamentares. Diante disso, mãos à obra! ●

[1] Artigo 62 da Circular Bacen nº 3.978/2020.
[2] Artigo 65 da Circular Bacen nº 3.978/2020.

Miriam A. das Neves
Consultora da Zela. Mestre em Gestão Empresarial pela FGV e graduada em Direito e em Ciências Econômicas. Foi Gerente de PLD do Banco do Brasil, Coordenadora-Geral de Análise Estratégica no COAF e Superintendente de Gestão de Riscos e Controles Internos na EMGEA.

Roberta S. Cassoli
Analista da Zela. Graduada pela Faculdade de Direito da USP e com LL.M. em Direito Econômico Europeu e Internacional pela Ludwig-Maximilians-Universität (Munique). Possui também experiência profissional em escritórios de advocacia no Brasil e em empresa big four de auditoria e consultoria na Alemanha.

ZELA.
Um mercado mais limpo
e ético é possível.
E ESSA TRANSFORMAÇÃO ESTÁ ACONTECENDO.
Contribuindo para uma economia mais justa, a ZELA
atua em duas frentes: prevenção à lavagem de dinheiro
e recuperação de ativos.
zelaconsulting.com

Conflitos de interesse nos RPPSs: diretrizes para a instituição de políticas

Em nossa coluna anterior apresentamos as punições previstas para aqueles profissionais que incorrem em situações que se configuram conflitos de interesse, e que o nosso modo de conduta pode afetar não apenas o nosso universo individual como também o de todos que nos cercam. Em uma agenda propositiva, nessa última coluna sobre o tema, apresentamos algumas discussões envolvendo diretrizes para a instituição de políticas de identificação, declaração e resolução de situações que possam se configurar conflitos de interesse reais, potenciais ou aparentes no âmbito dos RPPSs.

Conflitos de interesse reais x potenciais x aparentes

Diferentemente do conflito de interesse real, em que já há um fato claro identificado como tal, o conflito de interesse potencial se trata de uma situação que ainda está por evoluir. No caso do conflito de interesse aparente, se trata de uma situação em que pode ser concluído que a pessoa envolvida agiu ou não com integridade no cumprimento da obrigação que lhe cabe. Todas essas situações devem estar contempladas na instituição das políticas de identificação, declaração e resolução de situações que possam se configurar conflitos de interesse.

Abrangência da política

Inicialmente, deve ser estabelecido a quem se aplicará a política que vier a ser instituída. No caso dos RPPSs, a recomendação é que essa política se aplique a toda e qualquer pessoa ou entidade que trabalhe para ou em nome do RPPS, independentemente de sua localidade.

Definição de papeis e responsabilidades

Deve ser estabelecido a quem caberá esclarecer as dúvidas relacionadas à política para identificação, declaração e resolução de situações que possam configurar conflitos de interesse, e também quem será o responsável pelos procedimentos necessários para sua implementação. A recomendação é que seja criada uma Ouvidoria ou um Departamento de Compliance com esse objetivo.

Diretrizes

Toda e qualquer pessoa ou entidade que trabalhe para ou em nome do RPPS deve evitar situações que possam criar conflitos entre os seus interesses pessoais e os dos RPPSs, devendo ser incentivado um diálogo aberto e transparente de modo que qualquer conflito de interesse que venha a ser identificado seja devidamente avaliado e resolvido, a partir das seguintes diretrizes:

- Deve ser mantido um plano de comunicação e treinamento periódico com o intuito de divulgar e conscientizar da importância para identificação, declaração e resolução de situações que possam configurar conflitos de interesse
- O conflito de interesse deve ser imediatamente informado aos canais competentes estabelecidos no RPPS
- As violações devem ser imediatamente investigadas de forma apropriada, com a avaliação de possíveis soluções
- Dependendo da gravidade da situação que vier a ser constatada, devem ser tomadas medidas corretivas e exemplares
- As situações de conflito de interesses devem ser devidamente documentadas para servirem de base para lidar com situações correlatas.

Conflitos de interesse: por que os revelar?

De acordo com José Roberto Goldim, em editorial publicado pelo Brazilian Journal of Psychiatry, os conflitos de interesse podem gerar situações de grande desconforto, chegando até mesmo a situações de coerção. Para o pesquisador, alguns membros das equipes, devido a situações hierárquicas ou outros vínculos, podem se sentir constrangidos em revelar estas situações, quando os líderes não o fazem.

Para que isso não aconteça, tem sido cada vez comum que os envolvidos em determinada transação assinem uma declaração de ausência de conflitos de interesse. Essa declaração pode ser exigida tanto do superintendente/presidente/gestor do RPPS ou qualquer pessoa em que o mesmo delegue suas funções, até para toda e qualquer pessoa ou entidade que trabalhe para ou em nome do RPPS. O modelo da declaração de ausência de conflito de interesse deve ser orientado para as necessidades de cada RPPS.

Para que essa declaração tenha efeito, é preciso que sejam previstas sanções em caso de não divulgação de um conflito de interesses ou no caso de uma declaração falsa. É importante que um código de ética seja estabelecido como um balizador para avaliar os comportamentos conflitantes.

Finalmente, encerrando o ano de 2020, nossa expectativa é que essas seis colunas de algum modo tenham contribuído para tratar o tema no âmbito dos RPPSs. As dificuldades que a pandemia da Covid-19 trouxe para os RPPSs e para nossas vidas nos revela ainda mais o cuidado que devemos ter com nossos atos e ações. Assim, a instituição de uma política como aqui discutida pode contribuir para que na iminência de choques inesperados saibamos lidar com as situações advindas de maneira ética e responsável.

Se despedindo da coluna e começando outra!

Em 2021 inauguraremos uma nova coluna na Revista RPPS do Brasil, intitulada "Como promover uma transparência ativa nos RPPSs". Além de abordar os aspectos conceituais envolvidos, nossa expectativa é trazer iniciativas que possam servir de exemplo para os gestores e ajudar no fortalecimento da gestão dos RPPSs. Até lá! ●

Diana Vaz de Lima

Realizou pós-doutoramento em contabilidade e controladoria em pesquisa aplicada à resiliência financeira dos RPPSs, é doutora em ciências contábeis, mestre em administração e contadora. É pesquisadora e professora da Universidade de Brasília, e coautora do livro "A Contabilidade na Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social", publicado pela editora Atlas.

INVESTIMENTOS RENTÁVEIS E SUSTENTÁVEIS NO BRASIL E NO EXTERIOR

Entregamos soluções inovadoras e retornos consistentes para o planejamento financeiro de nossos clientes institucionais.

Com nossa experiência local e presença global, oferecemos um portfólio competitivo e diversificado de mais de 50 fundos, como o **MAG GLOBAL SUSTAINABLE ESG FIC FIM IE**, um novo fundo de investimento no exterior em parceria com a Aegon Asset Management.

O **MAG GLOBAL SUSTAINABLE ESG FIC FIM IE** é um fundo sustentável que respeita os princípios de investimentos responsáveis e tem um excelente desempenho histórico, superando seus objetivos de rentabilidade.

Conheça esse novo fundo de investimento no exterior como alternativa de diversificação para seu portfólio de investimentos.

FALE COM NOSSA EQUIPE.
(21) 3722-2377
distribuicaomai@mag.com.br
maginvestimentos.com.br

MAG INVESTIMENTOS

GRUPO MONGERAL AEGON

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

Leia o Formulário de Informações Complementares, a Lâmina de informações essenciais e o Regulamento do Fundo antes de investir. Fundos de investimento não contam com a garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou fundo garantidor de crédito (FGC). Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos e taxas. Os fundos multimercado e fundos de ações podem estar expostos à significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. O fundo pode utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de suas respectivas políticas de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas. Não há garantia de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo. Os fundos estão autorizados a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior ou que aplicam em fundos que estão autorizados a realizar tais aplicações. Descrição do tipo ANBIMA disponível no formulário de informações complementares. Administrador/Distribuidor: BEM DTVM LTDA (CNPJ: 00.066.670/0001-00) Cidade de Deus - Prédio Preto - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP, CEP: 06029-900. www.bemdtvm.bradesco. SAC: 0800 7048383. Ouvidoria: 0800 7220059

Servidores policiais, Integralidade, Paridade, o STF, as ADI's 5039 e 5403 e o RE 1.162.672

Este paper tem por finalidade evidenciar a falta de segurança jurídica do servidores policiais no trato de suas aposentadorias perante o Supremo Tribunal Federal.

Em 10/11/2020 o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento da **ADI 5039** que questionava os direitos à integralidade e paridade garantidos aos policiais civis de Rondônia por meio da Lei Complementar Estadual nº 432/2008.

Por maioria, o STF **declarou inconstitucionais** dispositivos daquela Lei que garantiam a integralidade e paridade às aposentadorias daqueles policiais civis, sem acórdão publicado.

Votaram pela inconstitucionalidade o Relator E. Ministro Edson Fachin, bem como os E. Ministros Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Roberto Barroso, Luiz Fux e Rosa Weber.

Votaram pela constitucionalidade os E. Ministros Alexandre de Moraes, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli.

Aludida decisão atinge única e exclusivamente os policiais civis de Rondônia.

Contudo, em 9/10/2020, o STF concluiu o julgamento doutra ADI, tendo decidido de maneira diversa o tema da aposentadoria especial do servidor policial.

Trata-se da **ADI 5403**. Esta Ação questionava leis complementares do Rio Grande do Sul que disciplinam a aposentadoria especial de servidores do Sistema Penitenciário e do Instituto-Geral de Perícias, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Por maioria, o STF **declarou constitucionais** dispositivos daquelas Leis que garantiam integralidade e paridade, sem acórdão publicado. (disponível em: http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=453457&ori=1)

Votaram pela constitucionalidade os E. Ministros Alexandre de Moraes, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Rosa Weber e Celso de Mello.

Votaram pela inconstitucionalidade o Relator E. Ministro Luiz Fux, bem como os E. Ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Roberto Barroso.

É de se observar, portanto, que a Eminente Ministra Rosa Weber, ao que tudo indica, num intervalo curtíssimo de tempo, modificou o seu entendimento sobre a matéria, o que está a causar insegurança jurídica para os servidores policiais.

Convém destacar que aludido tema ainda é objeto do **RE 1.162.672**, ainda não julgado, em que o STF reconheceu repercussão geral e, em breve, fixará tese sobre tal situação.

Portanto, a matéria ainda não está pacificada no âmbito do STF. Aguardemos a definição da matéria.

Sobre os argumentos favoráveis à integralidade e paridade na aposentadoria dos servidores policiais, convido os leitores a lerem artigo de minha autoria publicado no final de 2019 na Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, intitulado "*Aposentadoria diferenciada dos servidores policiais: contribuição dialógica ao julgamento do Recurso Extraordinário 1.162.672*", disponível em https://revista.tce.mg.gov.br/revista/index.php/TCEMG/article/view/378/418.

Abraços! Luz e paz!

Fernando Ferreira Calazans
Advogado, mestre e especialista em Previdência Social, Vice-presidente do Fundo de Pensão OABPrevMG, membro da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/MG, professor de Direito Previdenciário. E-mail: fernando_ffc@yahoo.com.br

REVISTA RPPS® do Brasil

Estamos no **digital** e no **impresso**!

Cresça com a gente!

contato@revistarppsdobrasil.com.br
64 3411 6345

Fazemos linhas de transmissão via whatsapp

CanoasPrev mostra eficáci

Está no DNA do RPPS da cidade de Canoas/RS fazer bem feito! Desde 2018 o Canoasprev vem aperfeiçoando a sua administração, deixando-a cada vez mais profissional, obedecendo critérios de gestão estabelecidos pela Secretaria de Previdência Social do Ministério da Economia. Foi o primeiro instituto do Rio Grande do Sul a aderir Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Pró-Gestão), instituído pelas Portarias do então Ministério da Previdência de nº 185/2015 e 577/2017 e foi o segundo do estado a ser certificado. Com esse nível de certificação, o instituto permaneceu como investidor qualificado, o que possibilita uma melhor gestão dos seus recursos, que são geridos de forma transparente e qualificada, cuja gestão ativa da carteira de investimentos foi determinante para o atingimento da meta atuarial nos últimos três anos.

Com o apoio da Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública - AGIP o Canoasprev realizou atividade técnica sobre o Pró-Gestão RPPS, ministrada pelo Coordenador de Integração e Relacionamento Institucional da Secretaria de Previdência, do Ministério da Fazenda, Hélio Carneiro Fernandes. O evento contou com a presença dos municípios de Campo Bom, Esteio, Feliz, Gravataí, Guaíba, Igrejinha, Ivoti, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Salvador do Sul, São Leopoldo, Taquara e Canoas. O Presidente do CANOASPREV, Francisco de Paula Figueiredo, ressaltou a importância desses eventos para o compartilhamento do conhecimento entre os Institutos de Previdência, principalmente o Pró-Gestão RPPS, que aprimora a gestão previdenciária, tão importante para os servidores.

Na busca da certificação do Pró-Gestão e visando qualificar a governança, foram constituídos diversos grupos de trabalho com a colaboração dos servidores do Instituto, resultando, entre outros instrumentos, no seu primeiro plano estratégico.

Durante os anos de 2018 e 2019 o Canoasprev realizou o I Seminário de Planejamento Estratégico, que contou com a participação de conselheiros, integrantes da diretoria e servidores do instituto.

Nesse período a autarquia definiu a sua identidade organizacional, realizou o seu diagnóstico situacional, construiu os seus objetivos estratégicos, as suas metas e os seus indicadores de desempenho, que se desdobrou em um plano de ação, traduzido no seu Plano Estratégico.

Além disso, foram instituídas a Política de Segurança da Informação, Ouvidoria, Código de Ética, mapeamento e manualização

Entrega do Certificado Pro-Gestão ao prefeito Luiz Carlos

a na gestão previdenciária

de diversos processos administrativos, Relatório de Governança, entre outros.

Buscando fortalecer a transparência do Instituto e visando oportunizar um momento de exposição e debates com segurados, representantes do Município (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, foi realizada em agosto de 2019, na Câmara Municipal de Canoas, a primeira audiência pública do CANOASPREV, na qual foi apresentado o Relatório de Governança, os resultados da Avaliação Atuarial realizada em 2019 e os resultados da Política de Investimentos, ambos referentes ao exercício de 2018. A referida audiência foi transmitida ao vivo e posteriormente disponibilizada no canal do YouTube.

Ainda foi instituído o Canoasprev Itinerante, projeto que tem como objetivo dar conhecimento aos servidores acerca das informações sobre a previdência do servidor público, bem como o funcionamento da autarquia. Foram visitadas diversas escolas, secretarias, órgãos municipais, associações representativas e sindicatos, além de atividades realizadas na sede do Canoasprev. Também, dada a importância do tema, foram realizadas diversas palestras com o propósito de informar aos servidores sobre as alterações da previdência implementadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, a reforma da previdência.

Todo esse trabalho resultou numa posição privilegiada do Canoasprev no Indicador de Situação Previdenciária, divulgado anualmente, elaborado pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS. O Instituto ficou na quarta posição, dos RPPSs gaúchos, juntamente com outros municípios, sendo o único de grande porte nesta posição. "Avaliamos este resultado de forma muito positiva, pois demonstra que estamos no caminho certo quanto a qualificação na prestação de nossos serviços, além de demonstrar todo o esforço dedicado ao trabalho que a equipe do Canoasprev vem realizando, o que nos incentiva a cada vez mais melhorarmos a nossa gestão na busca de nos tornarmos um RPPS de referência do Rio Grande do Sul e no Brasil", salienta o gestor Francisco de Paula.

Importante mencionar a participação ativa do Instituto na AGIP, que a partir de agosto de 2020 passou a fazer parte da sua Diretoria, representado pelo servidor Leonardo Schmidt Machado, eleito Diretor de Formação Previdenciária. Esse reconhecimento se deu em virtude do profundo conhecimento do servidor na área previdenciária, tendo participado como palestrante de diversos eventos organizados pela associação em todo o interior do Rio Grande do Sul. ●

Registro de Seminário realizado pelo RPPS

Francisco de Paula
Presidente CanoasPrev.

A Implantação da Previd
Como os RPPSs podem

A Emenda Constitucional nº 103/2019 apresentou importantes mudanças no regime de previdência dos servidores públicos. A instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) deve ser feita por todos os Entes Federativos que possuam RPPS, em até dois anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, independentemente de possuírem servidores com salários acima do teto do RGPS.

A vigência do novo regime se dará a partir da aprovação da Lei do respectivo Poder Executivo para aqueles Entes que não possuem servidores com remuneração acima do teto do RGPS. Para os demais, a vigência se dará com a aprovação da Lei e por intermédio da publicação de autorização pelo Órgão Fiscalizador do Convênio de Adesão do patrocinador com entidade de previdência complementar. Lembrando que o convênio de adesão é o instrumento que estabelece a relação jurídica entre o patrocinador e a entidade conforme define a Lei Complementar 109/2001"

Dados da Secretaria de Previdência mostram que passados quase um ano da aprovação da reforma da previdência, 21 dos 2133 Entes Federativos com RPPS estão com seus planos de previdência em funcionamento e com os novos servidores já ingressando em dois regimes simultaneamente: no RPPS e no RPC. Em agosto de 2020, a Previdência Complementar dos servidores públicos da União, Estados, DF e Municípios atingiu o patrimônio de R$ 6,25 bilhões e 27 planos de benefícios.

Conforme amplamente divulgado ao longo do ano, por meio de diversos eventos, treinamentos e congressos, inclusive uma live para a Revista RPPS no instagram, a Subsecretaria de Previdência Complementar da Secretaria da Previdência elaborou e disponibilizou no site da previdência um guia orientando sobre a instituição da previdência complementar pelos Municípios. Também foi disponibilizado um Modelo de Minuta de Projeto de Lei para facilitar a implantação do Regime pelos Entes[1].

Uma questão fundamental é qual seria o papel da unidade gestora do RPPS no debate de implantação Previdência Complementar. De quem é a competência no âmbito do Município? Não há dúvidas de que a equipe do RPPS tem a missão de auxiliar seu Município na implantação do novo regime por diversas razões.

A primeira delas é a vivência do assunto previdência no âmbito do seu Município e a capacidade de avaliar os impactos positivos da implantação nas finanças públicas no médio e longo prazo. Mais do que isso, esta equipe composta por servidores públicos já capacitados no âmbito do RPPS tem o compromisso de garantir a proteção social previdenciária dos novos servidores que ingressarem no regime e estão a par da importância de implantação da reforma completa para garantir a sustentabilidade do regime de previdência de forma ampla. Neste caso, espera-se que se inicie neste grupo o apoio para a definição dos principais temas relacionados a elaboração do Projeto de Lei, inclusive a participação no grupo de trabalho que irá realizar esses estudos.

A interação entre os regimes é maior do que se pensa. Um exemplo disso é a escolha da base de cálculo das contribuições ao RPC. A Lei de Instituição do RPC deverá definir as bases de contribuição do participante, podendo optar pela inclusão de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência do local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou função de confiança, bem como às do Patrocinador, uma vez que a contribuição do patrocinador não poderá exceder à do participante.

A recomendação da Secretaria da Previdência é que as contribuições do patrocinador incidam sobre a mesma a base de cálculo das contribuições ao RPPS estabelecidas na Lei do Ente Federativo, que excederem o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social. Aqui fica nítido como a participação de servidores da Unidade Gestora é fundamental para que não se crie no Município complexidades relacionadas a existência de diferentes bases de cálculo, uma para cada regime. A intenção aqui é simples, o servidor segurado terá um desconto em seu contracheque para o RPPS, até o teto do RGPS, ou seja, até R$ 6.101,06 em 2020, e acima deste valor haverá o desconto da previdência complementar. Dessa maneira, evita-se a discussão com os órgãos de controle sobre quais parcelas podem ou não compor a base de cálculo, assunto já amplamente disciplinado no âmbito dos RPPSs.

É importante estabelecer a alíquota da contribuição do Patrocinador (Município), ou seja, o limite máximo. O RPPS também pode auxiliar nesta definição demonstrando a importância de se fixar valores que garantam uma taxa de reposição - percentual do benefício de aposentadoria em relação a remuneração da ativa, que assegure a manutenção da proteção previdenciária do servidor. Sabe-se que, em geral, as alíquotas máximas de contribuição do RPC de Entes Federativos já constituídos variam entre 6,5% a 8,5%.

Cabe relembrar que o Ente Federativo está sujeito à contribuição paritária sobre as contribuições normais do participante. No caso do participante, contribuições facultativas adicionais poderão ser realizadas a seu critério sem a contrapartida do patrocinador.

As **contribuições do Município ao RPC**, assim como as demais contribuições para o RPPS para fins de cômputo para os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (art. 18), devem ser classificadas **como despesas total de pessoal**. No **entanto**, no momento de concessão de benefícios pelo RPC, esses pagamentos não compõem a despesa de pessoal, já que estão fora do Ente sendo pagos pela entidade de previdência complementar.

A forma de implantação importa (e muito)

O Município ao estabelecer seu RPC terá três possibilidades: criar uma entidade, criar um plano em entidade existe ou aderir a um plano Multipatrocinado.

Algumas entidades foram instituídas pelos Entes Federativos e se encontram em funcionamento, como por exemplo: Funpresp (União), Preves (ES), SP PREVCOM (SP), PrevNordeste (BA), Prevcom BRC (GO), Curitiba Prev (Curitiba), RJ Prev (RJ), RS Prev (RS), SC Prev (SC) e DFPREVICOM (DF). Destas entidades, parte está autorizada a gerir apenas os planos do seu Ente, enquanto outras expandiram sua atuação passando a administrar planos de outros Municípios. Importante destacar que outras entidades, não instituídas por Entes Federativos, também estão autorizadas a gerir planos de Municípios.[2]

A análise dessas alternativas pelos RPPSs é fundamental, pois algumas vezes podem existir as condições para a adesão a um

ência Complementar contribuir neste processo

plano já existente e não existir para criação de plano ou entidade em função da quantidade de servidores, dentre outros aspectos. Quem conhece a complexidade de manutenção da estrutura de uma unidade gestora de um RPPS terá a clareza dos custos associados à criação e manutenção de uma entidade de previdência complementar. Algumas entidades criadas há poucos anos, já demonstram inviabilidade de manutenção de sua estrutura por razões associadas ao custo e baixo número de participantes e já estudam o processo de fechamento da entidade e realização da transferência de gerenciamento do plano para outras entidades.

Avalia-se que na maior parte dos municípios não haverá escala para a manutenção da entidade própria e, consequentemente, do plano de benefícios. Neste caso, a realização de análises técnicas que projetem o número de participantes, sua faixa de remuneração e ingresso no RPC, dados amplamente conhecidos pela unidade gestora do RPPS é essencial para que se avance nessa escolha. Atualmente, o órgão regulador do RPC estabeleceu que para a criação de entidade é requerido a comprovação de adesão de pelo menos 10 mil participantes à Entidade criada.

Ao aderir a entidade existente, o Ente Federativo elimina a necessidade de instituir entidade própria e arcar com gastos de toda estrutura necessária para administrar e executar o plano, começando pela constituição dos conselhos deliberativo e fiscal e da diretoria-executiva, estruturação dos departamentos, gerências e contratação de pessoal especializado, o que, em muitos casos, inviabiliza a implantação do regime ou acaba por direcionar os recursos da poupança previdenciária do participante para o custeio da entidade. Lembrando que os aportes à entidade são paritários e consequentemente o custeio administrativo será igualmente dividido entre patrocinadores e participantes.

Seu município pode (e deve) começar a implantação desde já e contará com a experiência dos municípios pioneiros, o suporte das entidades de previdência especializadas neste segmento e, como já mencionado, o amplo material disponibilizado pela Subsecretaria de Previdência Complementar. Para acompanhar e orientar os RPPSs quanto às adequações dos Entes Federativos à Emenda Constitucional, a Secretaria de Previdência elaborou e disponibilizou no site da previdência um questionário que visa conhecer o andamento dessas adequações pelos entes. Acesse e dê o primeiro passo na implantação do regime e na construção de um sistema previdenciário mais saudável e equilibrado.[3]

[1] Para acessar esses documentos: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/publicaes

[2] Consulte a listagem de entidades que demonstraram interesse na oferta de planos para Entes Federativos em https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/guiaentidades_listaefpcmultip_20-10.pdf

[3] Responda o questionário mensalmente que está disponível em: bit.ly/pesquisasprevec103
Para sugestões e dúvidas contate a Subsecretaria de Previdência Complementar pelo email: surpc.codip@previdencia.gov.br"

Marcia Paim Romera

Auditora de Finanças e Controle do Tesouro Nacional em exercício na Secretaria da Previdência Social no cargo de Coordenadora-Geral de Diretrizes e Normas de Previdência Complementar. Na Secretaria do Tesouro Nacional trabalhou na Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública, nas áreas de gestão de riscos e de estratégia e desenvolvimento de mercado. É membro suplente do Conselho Nacional de Previdência Complementar e mestre em gestão econômica de negócios pela Universidade de Brasília.

/AgendaAssessoria

FAZER PROVA DE VIDA

ficou **fácil, rápido** e **seguro.**

LEIA O QR CODE E CONHEÇA MAIS ESSA INOVAÇÃO

Com o aplicativo Meu RPPS, o Segurado poderá fazer sua Prova de Vida a partir do smartphone com total segurança, a qualquer hora e em qualquer lugar.

As mais recentes tecnologias em processamento cognitivo utilizando Inteligência Artificial, envolvendo reconhecimento biométrico facial, foram utilizadas para garantir um processo ágil e de fácil operação.

O tráfego de informações entre o smartphone e o Serviço de Inteligência Artificial é feito por meio de um Ambiente Computacional em Nuvem, Criptografado, gerando a máxima proteção aos dados do segurado.

MAIS **TECNOLOGIA**

- Algoritmos de Inteligência Artificial;
- Processamento Cognitivo para captura de Biometria Facial;
- Total segurança e controle no Processo de Autenticação.

Tecnologia que torna mais fácil a **vida do segurado.**

agenda ASSESSORIA
Conectando **Excelência** e **Inovação**

Disponível para: Google Play | Download on the App Store

(65) **3322-3400** | WWW.**AGENDA**ASSESSORIA.COM.BR | **25** ANOS

Dom Comunicação

ANEPREM dribla a Pandemia e realiza Congresso Nacional preservando a saúde e entregando muito valor aos participantes

A abertura do evento contou com a participação de várias autoridades

Realizado de 23 a 25 de novembro na Barra da Tijuca/Rio de Janeiro, o 19º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM e 2º Workshop interativo de previdência, sendo o 1º Congresso Nacional de Previdência virtual e presencial, teve com tema: 'A nova previdência pública com a Pandemia' e atraiu mais de 350 pessoas, gente do Brasil todo ávido por conhecimento previdenciário. E valeu muito a pena! Conhecimento, troca de experiências e construção de networking marcaram o tradicional evento da Associação Nacional.

A ANEPREM marcou época ao ser a primeira a realizar um evento nacional no formato híbrido, com participação presencial de congressistas, que seguiram protocolos de combate à COVID 19 e também com inscritos que acompanharam toda programação virtualmente, e foi um sucesso. "Muito interessante o formato, gostei do reforço nas orientações em relação à capacitação dos conselhos, comitês. Foi muito bom ouvir as autoridades falarem da preocupação com a situação pela qual o mercado financeiro passa, pontuando as dificuldades, mas que precisa união de todos nós para termos melhoras em 2021. Parabenizo os organizadores pelo formato misto do Congresso, foi muito bom, foi de grande aprendizado", salienta **Paulo Roberto Gomes - Diretor Financeiro do Instituto Municipal de Sidrolândia/MS**.

Outro que aprovou o formato foi **Flávio Vieira - Diretor financeiro do FUNPRESAL - Salgueiro/PE**. "Os RPPSs no geral estavam órfãos desses momentos de troca que só podem acontecer ao vivo, através do olho no olho. Em lives, por telefone, whats essas trocas ficam limitadas, e no evento presencial você conhece pessoas novas, reforça o aprendizado, tem o foco ali no conteúdo, revê amigos. A ANEPREM está na vanguarda, pois a realização do Congresso no final de novembro propiciou que os novos gestores que vão assumir a gestão com a mudança de prefeitos, recebam material novo sobre as resoluções, novas normas, quem estiver saindo vai deixar esse material de direcionamento e isso ajuda muito para quem está assumindo o comando".

O evento contou com o apoio da SPREV, Rio Previdência e AEPREMERJ. Teve também o patrocínio do BTG Pactual, MAG Fundos de Pensão, XP Investimentos, Brasilis Consultoria, Constância Investimentos, RTM Consultoria, AZQUEST, GRID Investimentos, FAC, Lumens Atuarial, Privatiza, Mirae Asset, Serconprev, BB DTVM, Infinity, ec2g, Vixprev, Lema e Queluz. "O Congresso foi bem estruturado, organizado e tomando as precauções dentro do protocolo da Pandemia, foi um evento produtivo. Por ser o primeiro hibrido, foi bom. Quem participou teve espaço de segurança para circular e participar dos painéis. A Constância participou de um dos painéis e as pessoas gostaram muito. Pelo cenário atual foi muito positivo. Parabenizo a ANEPREM e agradeço pela oportunidade de colaborar com a modernização e capacitação para melhor gestão do RPPS. A ANEPREM teve ato de bravura por realizar o evento nessa condição atual", destacou **Rogério Zico - Constância Investimentos**.

Quem também ficou feliz com os resultados do Congresso foi **Ubirajara Macieira - Bira - Privatiza Investimentos**. "Desde 2005 somos parceiros da ANEPREM e entendemos que nesse momento extremamente delicado e de muita restrição por parte de todos, vimos que poderíamos participar com um pouco mais de segurança por ter sido limitada a quantidade de participantes. Desde sua criação a ANEPREM se preza em oferecer informações, qualificação ao segmento e a nossa propaganda são os eventos, nós nascemos em eventos e a ANEPREM colaborou muito nesse nosso processo de consolidação. Patrocinar é acreditar, tem o custo, mas se não acreditássemos não estaríamos aqui há tantos anos, e sempre temos resultado positivo".

Bernardo Guimarães - BTG Pactual também destacou a coragem da ANEPREM e ressaltou o balanço positivo do evento. "O Heliomar e toda a ANEPREM tomaram todos os cuidados no sentido de evitar contágios pela COVID. Acredito que os RPPSs estavam precisando desse momento de encontro. Teve adesão boa, assuntos excelentes, foram abordados aspectos importantes pra gestão dos RPPSs. Foi muito positivo, fizemos contatos novos, revemos muitos clientes e amigos, botamos o papo em dia. Temos falado por telefone, mas o olho no olho faz a diferença".

A BB DTVM também validou a realização do Congresso. "A BB DTVM fica muito feliz de participar como patrocinadora do 19º Congresso da ANEPREM, que nessa edição foi feita em um novo formato, virtual e presencial, onde a troca de experiências foi bastante rica e produtiva. Exemplo disso foi o workshop interativo, no qual pudemos disponibilizar a prateleira de fundos da BB DTVM, além da abordagem do cenário macroeconômico que deu respaldo às indicações para os RPPSs, de forma a contribuir

com a diversificação dos investimentos realizados pelos institutos. Portanto foi um ambiente de troca de ideias e esclarecimento de dúvidas. Em nome da BB DTVM nosso muito obrigado pela oportunidade", ponderou **Denilson Fernandes - BBDTVM**.

A organização do evento e o conteúdo relevante ofertado nas discussões foram aspectos enaltecidos pela Secretaria da Previdência. "O evento foi sensacional, ideia excelente de fazê-lo de maneira híbrida, infelizmente nossa equipe não conseguiu vir em peso, mas o que pudemos fazer, fizemos, ministramos palestras, oferecemos atendimento direto visando ajudar os RPPSs a terem alinhamento das normas, regras. Parabenizo ANEPREM pela iniciativa e organização do evento, impecável", destaca **José Wilson Silva Neto - SPREV**.

O presidente da ANEPREM, Heliomar Santos, compartilha do mesmo sentimento dos nossos entrevistados acima. "Foi realmente muito desafiante realizar o Congresso, vivemos esse momento difícil, enfrentamos dificuldades por conta da restrição de participantes, adequação às normas. Tivemos participando mais de 350 congressistas. Apesar de tudo isso o evento foi um sucesso, qualidade dos palestrantes, interação do público muito boa. Os painéis institucionais da SPREV muito bons, pois passa segurança de informações para os gestores. A ANEPREM mais uma vez mostra que está trabalhando para o aprimoramento da gestão. Esse é o propósito, valorizar sempre a qualidade. Fizemos num dos melhores lugares do país e temos só o que agradecer a todos, que de uma forma ou de outra ajudaram a tornar realidade nosso evento. Agradecemos também a Revista RPPS do Brasil pela parceria de anos".

Nosso grifo da redação: Se agende aí gatonaaa poderosaaa, poderosooo, pois Recife sediará um dos maiores eventos de RPPS do País, o 20º Congresso da ANEPREM.

O Prêmio Boas Práticas de Gestão é sempre um marco no Congresso

Registramos momentos d
E quer ver mais, acesse no
e nossa página no faceboo

A ANEPREM aproveitou o momento para homenagear os ex-presidentes

A ANEPREM sempre busca parcerias para entregar qualificação para o RPPS

A equipe da SPREV participou ativamente do Congresso

Allex deu o recado para a plateia

Daniel da CVM, palestrante Fábio Souza, Heliomar Santos da ANEPREM e Allex da SPREV

Essas divas foram muito dedicadas ao sucesso do evento

Heliomar Santos com a sua equipe de trabalho no dia a dia

Luciane, presidente da AEPREMERJ, foi uma anfitriã carioca

Milton, Adilson, Heliomar, Juliana e Narlon

o Congresso da ANEPREM.
sso @revistarppsdobrasil
ok

Narlon Gutierre prestigiou o Congresso

O assunto contabilidade foi trabalhado pela Dra Diana Lima

O Congresso terminou em samba e deixou saudades

O presidente da ACIP - ES, Wilson participou de uma das plenárias

O painel comandado pelo jornalista Sidney Rezende foi um sucesso. A turma do mercado financeiro mexeu com a plateia

Profissionais do mercado financeiro orientaram sobre como ter sucesso no pós-pandemia

Registramos aqui a dedicação da equipe da SPREV, sempre atendiosa para com os congressistas

Taufner veio do Espírito Santo para abrilhantar o Congresso

Zico, Gustavo, Daniel e Flávio ladeados pelo presidente da APEPREM, Daniel Boccardo

RPPSs são condecorados com o 'Oscar da Previdência' e quem ganha são os servidores públicos

Todo segmento de RPPS se orgulha de ler e ver bons exemplos de governança, afinal, se um RPPS é gerido de maneira descuidada, sem a devida responsabilidade e dedicação, os resultados são temerários! Por isso a iniciativa da ANEPREM se mostra tão importante no processo de estimular a evolução das boas práticas na rotina previdenciária.

O Prêmio Boas Práticas de Gestão chega a 11ª edição mais robusto e importante. Prova é a criação da premiação na categoria Inovação, cuja proposta é a de que Institutos mostrem projetos que melhoraram o processo no dia a dia. A apresentação é feita para o público no Congresso da ANEPREM, sendo que os participantes podem votar no projeto que achar mais interessante.

Parabenizamos a ANEPREM pela iniciativa louvável e também cumprimentamos cada RPPS que dedicou a implantar melhorias visando a preservação do futuro previdenciário dos servidores públicos.

Salve, salve a dedicação em prol do resultado! ●

Registramos a apresentação dos projetos dos RPPSs melhor pontuados em cada uma das áreas premiadas na categoria Inovação

Prêmio de Boas Práticas da ANEPREM estimula melhoria contínua na gestão

Ao conversar com Herickson Rubim Rangel, coordenar do Prêmio Boas Práticas de Gestão da ANEPREM, o que se percebe é a sensação de missão cumprida. Também, pudera!!! Uma sementinha plantada há 11 anos germinou e produz muitos frutos.

O Boas Práticas, conhecido como o 'Oscar da Previdência' chegou na 11ª edição valorizando a governança e a inovação. Segundo Herickson foi uma surpresa a quantidade de inscritos. "Imaginávamos que talvez os RPPSs não conseguiriam se inscrever, já que maio de 2019 a maio de 2020 era o período a ser avaliado e veio a Pandemia, mas os Institutos se organizaram e deu certo. Isso demonstra a consolidação do Prêmio, os RPPSs querem o troféu, o reconhecimento. Foram 25 inscritos na modalidade governança, 13 em inovação, sendo que 21 classificados na opção governança e 12 em inovação, e esses receberam a premiação", salienta.

Na categoria Inovação houve mudança significativa no número de interessados em apresentarem projetos. Em 2019 foram 6 classificados e 3 premiados. Na última edição, realizada no Congresso da ANEPREM no Rio de Janeiro, no final de 2020, foram distribuídos total de 12 prêmios. "Todos os classificados receberam o troféu de acordo com a classificação e como dividimos em gestão, sustentabilidade e segurado, cada primeiro colocado teve oportunidade de apresentar o projeto para apreciação da plateia. E ao final, premiamos o grande campeão das três áreas, com um troféu especial", comemora Herickson ao afirmar que a disputa foi bastante acirrada, com ótima participação da plateia. "Saiu vencedor o projeto de Viamão/RS, recém construído, que de 2 anos pra cá se tornou autarquia e a equipe construiu um belo trabalho a ponto de ganhar esse grande prêmio dentro da categoria governança".

Para a ANEPREM o projeto iniciado em 2010 com o objetivo de estimular boas práticas foi um divisor de águas. "Lembro-me que em 2011 o CONAPREV começou a falar em programa de certificação com base nas boas práticas. O Pró-Gestão só foi institucionalizado em 2015. Estamos desde 2010 trabalhando nessa melhoria da gestão. Em 2019 inovamos fazendo a segregação da modalidade governança e inovação, e esses fazem realmente o diferencial e servem de exemplo. São projetos que na prática resolvem problemas. Estamos felizes de ver que o projeto cumpre o papel".

Troféu na mão e estímulo no coração

A entrega do Prêmio neste ano foi diferente, por conta da Pandemia aconteceu dentro da abertura oficial do Congresso. Fizeram parte da comissão julgadora 2020 os consultores Lucilene e Otoni, Miguel da SPREV, Cícero Dias e Herickson Rangel. "A cada ano temos uma composição para agregar participantes do mercado e profissionais que podem colaborar com mais credibilidade na avaliação dos inscritos. É um trabalho árduo analisar 47 itens de mais de 20 participantes. O processo é democrático e bem transparente, por isso a credibilidade que conquistamos", ressalta o coordenador ao afirmar que para 2021 a expectativa é de realizar a premiação em noite especial, com tapete vermelho e muita festa.

Conheça os mestres da Gestão Previdenciária

Categoria Inovação

6º lugar: Guarujá/SP - Conhecimento Prévio de Fundo de Investimento
5º lugar: Estado do Mato Grosso - Pensão em 7 dias
4º lugar: Camaçari/BA - Processo de Governança
3º lugar: Cariacica/ES - Recadastramento on-line
2º lugar: Pinhais/PR - Eleição por Chamamento
1º lugar: Nilópolis/RJ - Previnil em Casa

Categoria Segurado

4º lugar: Pouso Alegre/MG - Minuto IPREM
3º lugar: Estado de Alagoas - Conexão Qualidade
2º lugar: Guarujá/SP - Plantão Tira Dúvidas
1º lugar: Viamão/RS - IPREV COM VC (recebeu além do prêmio de Boas Práticas, o troféu extra, eleito pelo voto popular, melhor projeto de 2020)

Categoria Sustentabilidade

2º lugar: Juazeiro do Norte/CE - Reciclaprev
1º lugar: São José do Rio Preto/SP - RPP Digital

Boas Práticas Médio Porte - 2 a 5 mil segurados

9º lugar: Viçosa do Ceará/CE - VIÇOSAPREV
8º lugar: Nilópolis/RJ - PREVINIL
7º lugar: Itatiaia/RJ - IPREVI
6º lugar: Viamão/RS - IPREV
5º lugar: Aracruz/ES - IPASMA
4º lugar: Pinhais/PR - PINHAIS PREVIDÊNCIA
3º lugar: Cariacica/ES - IPC
2º lugar: Navegantes/SC - NAVEGANTESPREV
1º lugar: Ubatuba/SP - IPMU

Boas Práticas Grande Porte - Acima de 5 mil segurados

10º lugar: Camaçari/BA - ISSM
9º lugar: Alagoas/AL - ALAGOASPREVIDÊNCIA
8º lugar: Amazonas/AM - AMAZONPREV
7º lugar: Guarujá/SP - GUARUJÁ PREVIDÊNCIA
6º lugar: Indaiatuba/SP - SEPREV
5º lugar: Juazeiro do Norte/CE - PREVIJUNO
4º lugar: Maringá/PR - MARINGÁ PREVIDÊNCIA
3º lugar: Baurú/SP - FUNPREV
2º lugar: Nova Iguaçu/RJ - PREVINI
1º lugar: São José do Rio Preto/SP - RIOPRETOPREV

Boas Práticas Pequeno Porte - Até 2 mil segurados

2º lugar: Itacuruba/PE - ITACURUBAPREV

1º lugar: Lucas do Rio Verde/MT - PREVILUCAS ●

Herickson Rubim Rangel
Coordenar do Prêmio Boas Práticas de Gestão da ANEPREM

Nova Iguaçu/RJ da Previdência

A sede do Previni sempre aberta para os beneficiários

A gestão dos RPPSs vem ganhando destaque cada vez maior no âmbito das administrações públicas municipais. Essa realidade impõe novas obrigações e a necessidade de definição de ações e metas gerenciais, a fim de assegurar a eficiência e a longevidade desses regimes. "Consciente desses desafios e tendo como base o histórico da instituição, assumimos o PREVINI, órgão gestor do RPPS do município de Nova Iguaçu, com o firme propósito de aperfeiçoarmos os mecanismos de governança institucional já existentes, investirmos em inovação e apurarmos nossas políticas sociais", explica o gestor Anderson da Silva Moreira, Diretor Presidente do PREVINI ao afirmar que "o fato de já termos ganhado o prêmio de Boas Práticas de Gestão da ANEPREM em 2018 serviu como ponto de partida para elaboração de todo nosso planejamento estratégico, visando, sobretudo, atingirmos um nível de excelência gerencial e darmos efetividade as atividades finalísticas estabelecidas em nossas propostas de gestão. Evidentemente, o prêmio, anteriormente conquistado, nos trouxe o necessário estímulo para melhorar ainda mais nossa gestão, através da apuração de nossos processos e práticas gerenciais. Entendo que o prêmio da ANEPREM, pelo seu prestígio e seriedade, indubitavelmente, provoca em todos nós, gestores de RPPS, a incitação e a vontade desmedida de melhorarmos a administração de nossos sistemas provisionais.

No caso de Nova Iguaçu, conquistar por três anos consecutivos essa prestimosa premiação, nos dá, a nítida sensação de que

celebra o Oscar pela terceira vez

estamos no caminho certo e que fizemos a escolha correta ao investirmos, fortemente, em nossa estratégia de adoção das melhores práticas de governança corporativa. Importante registrar que no período de nossa gestão, além da conquista desses prêmios, o PREVINI conseguiu também a certificação no Pró-Gestão RPPS, no nível II, sendo que para 2021 pleitearemos uma graduação superior, passando para o nível de aderência III. Estamos investindo fortemente no campo da inovação, através do desenvolvimento de um conjunto de ações voltadas para a virtualidade dos procedimentos.

Iniciamos com a virtualização dos processos físicos na área de benefícios, onde teremos uma redução efetiva das despesas operacionais e de capital, minimizando o tempo de inatividade, aumentando a produtividade, a eficiência, a agilidade e a capacidade de resposta da área de TI. Estamos igualmente instituindo em caráter normativo, o atendimento virtual aos segurados do RPPS municipal, através de uma estratégia de SAC bem implementada, utilizando, para tanto, de ferramentas tecnológicas para prestar um suporte ao cliente que seja similar ao serviço feito por humanos. O atendimento virtual é realizado por ferramentas e mecanismos dotados de inteligência artificial que, de alguma forma, são capazes de se comunicar com os usuários por meio da tecnologia. No campo social, a partir deste ano, implementaremos os Programas de Preparação para Aposentadoria - PPA e o de Planejamento de Pós-Carreira - PPC, proporcionando maior integração e convívio social aos futuros aposentados do PREVINI e auxiliando os servidores em seu processo de decisão, organização e planejamento para aposentadoria. Enfim, nosso planejamento estratégico para o ano de 2021 já começou. Importantíssimo ressaltar que esse processo de transformação e de ratificação de uma gestão de excelência, somente foi possível pela participação e pelo comprometimento do corpo funcional do PREVINI e pelo decisivo e fundamental apoio do Prefeito Rogério Lisboa, que cumpriu com todas as suas obrigações previdenciárias com o Instituto, sem o qual, não teríamos logrado êxito, que se traduz na honrosa conquista, por três anos consecutivos, do Prêmio da ANEPREM de Boas Práticas de Gestão Previdenciária.

Temos a consciência que nossa responsabilidade só aumenta, mas, igualmente, temos a certeza de que estaremos ainda mais fortes e prontos para os desafios que se apresentarem!", comemora Anderson. ●

Todo esforço da equipe vem resultando em conquistas

Anderson
um gestor que estimula a melhoria contínua

RPPS de Nilópolis/Rio d como gestão eficaz e ta

O PREVINIL é o Instituto de Previdência dos Servidores de Nilópolis, responsável pela gestão do Regime Próprio. Tem como atribuições a concessão, manutenção e o pagamento de aposentadorias e pensões, de todos os poderes, órgãos e entidades municipais, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, assim como: a centralização; a administração; o gerenciamento e a sua operacionalização. O Instituto foi criado em 1991, através da Lei Municipal nº 5584/1991, e reestruturado através da Lei Complementar nº 56/2004, com nova redação dada pela Lei 89/2006. Atualmente é regido pela Lei Complementar nº 141, de 27 de setembro de 2018.

Sempre atuante e para alegria da gestora Danielle Villas Bôas Agero Corrêa, que atua na área previdenciária há mais de 15 anos e desde 2017 está presidente no Instituto de Nilópolis - PREVINIL, é bacharel em Direito, graduada em Controladoria Empresarial, pós-graduação em Gestão Pública e em Gestão Previdenciária dos RPPSs, certificada ANBIMA - CPA-20, o RPPS vem construindo uma história de comprometimento com a gestão culminando com o prêmio Boas Práticas de Gestão. "Desde 2017 iniciamos diversas ações, criamos grupos de trabalho, retiramos todos os processos do arquivo para reorganização do espaço, realizamos uma auditoria, com pessoal próprio, na folha de pagamento verificando a conformidade dos valores pagos e os valores fixados e registrados pela folha de pagamento. Realizamos convênio com o Rioprevidência para verificação dos casos de acumulação de cargos públicos, o que gerou uma economia de quase 3 milhões de reais nos últimos três anos. Fizemos a reestruturação de toda a legislação previdenciária municipal.

Além disso, sempre preocupamos com a qualificação dos servidores os enviando aos cursos do TCE para capacitação. Iniciamos um trabalho quase que de "formiguinha" para envolver e desenvolver os conselhos de administração e fiscal e realizar uma gestão compartilhada entre os órgãos deliberativos. Passamos a publicar as atas desde 2017, bem como relatórios mensais de gestão e governança corporativa. Em 2019, fomos o primeiro RPPS municipal do Estado do Rio de Janeiro a obter a certificação do Pró-Gestão. Leis foram feitas para organizar o instituto e isto possibilitou que os servidores fossem valorizados. Há hoje uma estrutura arquitetada para um modelo de atendimento dinâmico e democrático.

O prêmio foi, tão somente, uma consequência desse trabalho. E em termos de inovação, o RPPS também se destaca. Recebemos no Congresso da ANEPREM também o prêmio de boas práticas de gestão previdenciária na categoria gestão - modalidade inovação, e tudo isso é fruto de um trabalho desenvolvido diariamente no Instituto, pois nossa missão é 'Conceder e manter o benefício previdenciário, com eficácia e dignidade aos nossos segurados, servidores ativos, inativos e pensionistas, trabalhando com humanização, ética e responsabilidade'" destaca a gestora ao afirmar que desde 2017 o foco sempre foi o atendimento humanizado. "Entendemos que lidamos com um público especial, quer seja pela idade ou pela necessidade de um direito fundamental. Foi justamente isso que fez a gestão, ainda no início da pandemia, decidir fazer o atendimento e concessão totalmente pelo aplicativo Whatsapp, sendo então criado o Projeto Previnil em Casa, que consistiu em duas medidas:

1. Requerimento de pensão via WhatsApp, pois tínhamos uma meta desde o início da nossa gestão, que era conceder o benefício em até 30 dias, mas justamente em um período de isolamento, nos reinventamos e passamos a conceder as pensões em até 10 dias, mediante a entrega de toda a documentação necessária, sem a necessidade de comparecimento do requerente. O requerimento é feito pelo WhatsApp, o requerente encaminha toda a documentação digitalizada, os responsáveis (Chefe do Departamento de Benefícios Previdenciários e o Procurador da Autarquia) analisam os documentos e informam ao requerente sobre o deferimento ou indeferimento. Houve um comprometimento total do corpo técnico do Instituto e a medida implementada foi tão eficiente que, em alguns casos, entre a autuação e publicação do ato de concessão de pensão levou apenas oito (08) dias corridos, com toda a diligência necessária na análise. 2. - Prova de Vida via WhatsApp.

A partir do mês de julho 2020, o PREVINIL visando sempre a comodidade e segurança dos seus segurados que, em sua grande maioria, são idosos e do grupo de risco, passou a realizar a prova de vida - recadastramento anual obrigatório, via chamada de vídeo, também pelo aplicativo WhatsApp, o que gerou muitos elogios por parte dos segurados pela demonstração de zelo e cuidado com sua integridade física, num momento em que as autoridades públicas pediam a todos que ficassem em casa. O atendimento presencial é realizado apenas em casos de extrema necessidade e apenas após agendamento prévio. A maior parte dos atendimentos passou a ser realizado pelo telefone e/ou WhatsApp".

Foi o projeto 'Previnil em Casa' que levou o instituto de Nilópolis a conquistar o primeiro lugar entre todos os RPPSs do Brasil, como destaque em inovação.

Para a responsável pelo Previnil, ver os resultados de tanto trabalho é muito bom. "É muito gratificante ver que o nosso esforço e trabalho são recompensados. O estímulo funciona como uma gasolina que faz o carro andar. Ver que as metas foram alcançadas e passar a ser referência para outros faz com que se queira melhorar cada dia mais. Ter metodologias de trabalho bem definidas e gerar resultados eficientes e eficazes através de muita diligência na gestão do Instituto minimiza impactos e problemas".

Atualmente o Previnil tem 3.493 segurados, sendo 1.945 servidores ativos, 1.252 aposentados, 281 pensionistas e 15 segurados especiais. O Instituto tem 19 servidores em seu quadro de pessoal, sendo 6 do quadro próprio de carreira efetiva. O RPPS conta com um ativo disponível de R$ 6.676.852,60. Todos os recursos estão investidos em fundos de investimentos dos Bancos Itaú, Caixa e Banco do Brasil.

A importância do Oscar da Previdência

"O reconhecimento é fruto de um trabalho desenvolvido pela equipe toda do PREVINIL. E, apesar de ocupar o oitavo lugar no Brasil, na categoria de municípios de médio porte, o PREVINIL ficou em 2º lugar no estado do Rio de Janeiro a ser laureado na categoria, um lugar de destaque no que se refere à gestão previdenciária dos municípios fluminenses. E, o primeiro lugar no prêmio, considerado o Oscar da Previdência, na categoria inovação, nos deixou ex-

e Janeiro se destaca mbém como inovação

tremamente satisfeitos e felizes. Ressaltando que, somente no ano de 2020, o Previnil recebeu mais um reconhecimento pelo seu trabalho pautado na ética e transparência. É que apesar de somente os três primeiros colocados na categoria serem os premiados, o Previnil foi o único RPPS do Rio de Janeiro que se classificou para o Prêmio Brasil de Responsabilidade Previdenciária da ABIPEM. Esse feito é uma grande vitória que faz colocar o regime previdenciário dos servidores de Nilópolis como destaque. Gradativamente, a gestão do Previnil implementou diversas medidas voltadas às boas práticas de governança corporativa. E, por isso, é bom lembrar que em 2020 o Ministério Público do Rio de Janeiro concedeu ao Previnil o 2º lugar no ranking, entre os 64 RPPSs pesquisados no Estado, reafirmando que o instituto trabalha com transparência.

A equipe técnica do Instituto, conselheiros e diretoria executiva se dedicaram, nestes 4 anos, para levar o Previnil a ser referência na gestão de serviços previdenciários em nível nacional, por meio da qualificação permanente de seus servidores, buscando eficiência dos serviços e garantindo a sustentabilidade do sistema", salienta Danielle.

A transparência como meta

As ações de governança são pautadas na transparência e responsabilidade. Todos os atos de gestão são devidamente publicados no site do Instituto. Lembrando que não somente os de obrigatoriedade legal, mas todas as atas e demais relatórios que demonstram a execução das medidas, mostrando que a equipe que está à frente do RPPS preza pela legalidade e responsabilidade na tomada de qualquer decisão. ●

A equipe é só alegria pela conquista do prêmio da ANEPREM

O tão esperado momento de empunhar o Oscar da Previdência

Danielle
A gestora quer mais melhorias para o RPPS

Viamão/RS, um jove

O RPPS de Viamão iniciou sua história em 1998, a partir da instituição do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS), vinculado à Secretaria de Administração, destinado ao custeio dos benefícios da seguridade social do servidor municipal ocupante de cargo de provimento efetivo estabelecidos na Lei Municipal nº 2.663/98. Em 2010, devido a alteração na Lei Municipal o FAPS passou a ser chamado de Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Viamão (FPSM). O FPSM vigorou até 31 de dezembro de 2018. Depois dessa data o RPPS Viamão passou a ser gerenciado pelo IPREV, quando alterou drasticamente a organização da previdência do servidor público no município.

O IPREV, Instituto dos Servidores Públicos do Município de Viamão, a entidade autárquica é o ente responsável pela disciplina e gestão do RPPS local e tem como um dos seus principais objetivos assegurar o direito à aposentadoria e a pensão dos servidores públicos de Viamão e seus dependentes. Além disso, o IPREV busca desenvolver uma gestão previdenciária humanizada e inovadora para atender com qualidade e eficácia os beneficiários.

A trajetória do RPPS Viamão é fruto de muitos esforços e sonhos por uma gestão pública de qualidade e participativa, iniciada na salinha debaixo da escada onde funcionava o antigo setor de previdência e foi ganhando forma na nova sede do IPREV, possibilitando qualidade do atendimento presencial dos servidores e ampliando para o atendimento virtual. Em termos de inovação, a pandemia fez com que colocássemos em prática ideias já existentes e utilizássemos a criatividade para achar soluções para as adversidades impostas pelo momento, como a implantação do WhatsApp e o app IPREV com VC.

O aplicativo oferece interação com os segurados e acesso a serviços do Instituto. O app foi criado com o objetivo de atender às necessidades cotidianas do público atendido, possibilitando, de forma prática, as solicitações de abertura de processos, emissão de contracheques, WhatsApp institucional, comprovantes de rendimentos, IPREVTube, álbum de fotos e Declaração de Vida online.

O Prêmio que o IPREV recebeu no congresso da ANEPREM foi o reconhecimento de uma gestão que busca qualidade e credibilidade. A ideia foi a intersecção de técnico de campos interdisciplinares, como Administração Pública e Social e Ciências Sociais, desenvolvida e implantada de forma gratuita. O App propiciou a parceria indireta entre Universidade e Instituto de Previdência, visto que os conhecimentos técnicos para sua elaboração foram o produto de conhecimentos adquiridos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no Instituto Federal de Educação, Ciência, Ensino e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), o que prova a potente parceria entre o serviço público e instituições públicas de ensino.

Tratando-se de um instituto jovem como o IPREV, com menos de 2 anos de funcionamento efetivo, a primeira participação no Congresso da ANEPREM era uma oportunidade de se aprofundar no debate previdenciário nacional e conhecer novas

Os treinamentos no IPREV são frequentes

m e premiado RPPS

formas de gestão. Receber o prêmio Inovação na modalidade inovação na categoria segurado, através do voto técnico, e mais o prêmio geral da modalidade, através do voto popular, fez com que o Instituto se tornasse, além de um ouvinte atento de experiências instigantes, também um dos formuladores de iniciativas inovadoras.

"Receber o Oscar da Previdência foi a sinalização de que apesar dos pontos que precisam ser melhorados e planejados, todos os RPPSs podem ser inovadores, desde que haja uma equipe colaborativa, criativa e que com pessoas dispostas a colocar a mão na massa. E, ainda: tudo isso de forma gratuita", destaca a gestora Ana Danielle Santana Cavalheiro, ingressante no curso de doutorado em Ciências Sociais (PUCRS), Mestra em Sociologia - linha de pesquisa Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas - pela UFRGS e acadêmica da Licenciatura em Ciências Sociais. Desde 2017 é bacharela em Administração Pública e Social (2016) e especialista em Gestão Empresarial (2019) pelo IFRS - campus Porto Alegre). Atualmente é pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) e membra do Comitê de Investimentos do RPPS de Viamão. Elaborou o app IPREV com VC, 1º lugar na modalidade Inovação, categoria Segurado, e eleito pelo voto popular o 1º lugar geral da Modalidade Inovação do Prêmio ANEPREM 2020, dado ao IPREV. O app desenvolvido figura como produto final da disciplina de Educação à distância e ambiente de aprendizagem da UFRGS em 2020/1. ●

Os Prêmios celebrados pela equipe

O IPREV está na vitrine de Boa Governança

O IPREV recebendo as duas premiações da ANEPREM

O troféu de grande campeão é um estímulo para fazer muito mais pelo RPPS

Equipe durante apresentação do app no Congresso da Aneprem

O trabalho da equipe foi elogiado por Narlon Gutierre, que pontuou o IPREV como modelo para o país

Juazeiro do Norte/CE que faz e coleciona pr

O Fundo de Previdência de Juazeiro do Norte/CE - PREVIJUNO instituído pela Lei Complementar n°. 23, de 25/05/2007 tem por objetivo assegurar aos servidores municipais e seus dependentes legais a Previdência Social. Até o mês de dezembro de 2020 contava com um total de 1.152 aposentados, 116 pensionistas e um patrimônio de R$ 290.336.511,35 (extrato de novembro, porque referente a dezembro alguns extratos de investimentos são emitidos pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica até dia 10 de janeiro de 2021).

A gestão do RPPS é feita de forma séria e com uma visão voltada para todos os aspectos incluindo trâmites técnicos, incluindo atendimento a inúmeros dispositivos legais dos órgãos que regulam e fiscalizam.

Para Maria da Graças Alves, responsável pela gestão do RPPS, não menos importante nesse trabalho é ter a oportunidade de uma maior integração com os beneficiários. "Visando nos aproximarmos de cada um desenvolvemos projetos de Pré e Pós-Aposentadorias, PREV mais Saúde, semana arte e vida, cursos e App de educação financeira, seminário anual, projetos de sustentabilidade e utilizando APP desenvolvido por empresa contratada, que foi muito relevante neste período de distanciamento social, como também projetos de teleatendimento especial com psicóloga e assistente social, vídeos de atividades físicas e depoimentos de aposentadas falando como estão superando este período com objetivo de ajudar os demais. Realizamos ainda projetos de Integração virtual como o Concurso de São João em Casa, entre outros", comemora a gestora.

Com todas estas ações do PREVIJUNO, associada a responsabilidade do Ente Municipal, foi possível fortalecer as ações de Transparência, Equidade, Prestação de contas e Responsabilidade Corporativa levando o município de Juazeiro do Norte a concorrer e receber premiações nos anos de 2018, 2019 e 2020. Enfim um grande trabalho realizado com participação de toda equipe. "Receber o prêmio da ANEPREM, o Oscar da Previdência, é relevante, motivador para a Unidade Gestora e para o Ente, pois através do atendimento dos itens do edital podemos dimensionar nossa gestão, vejo como um instrumento norteador. Receber o 'Oscar da Previdência' é indício de que estamos no caminho certo", ressalta Graça.

E buscando sempre se reinventar, o Previjuno também foi premiado pela ANEPREM, por ocasião do Congresso Nacional no Rio de Janeiro no final do ano de 2020, com o prêmio INOVAÇÃO. "Nosso tema foi sustentabilidade; Realizamos em dois eixos, o primeiro voltado para os aposentados e pensionistas que refere-se a coleta de garrafa PET e aproveitamento através de artes manuais, onde confeccionaram uma linda árvore de natal de 3 metros e foi utilizada na Confraternização Natalina de 2019 e a outra voltada a equipe do Previjuno sobre a coleta seletiva na colina do Horto, em período da Romaria, também em 2019. Na ocasião a equipe esteve no horto conversando com os romeiros sobre a destinação correta do lixo, distribuíram panfletos sobre os princípios ecológicos de Padre Cícero, coletaram o lixo dando um grande exemplo de cidadania. O material coletado foi doado a uma usina local. Concorremos com este projeto, porém como fora citado, desenvolvemos outros, porque acreditamos que a missão da previdência está além de atender os trâmites regulares", pondera Graça.

Além de todos os troféus colecionados e muito aprendizado, o Previjuno coleciona também resultados como ser o único do Estado do Ceará a ter a certificação institucional Pró-Gestão RPPS. "Até a última lista emitida pela SPREV, somos o único. Como Gestora fico feliz por ter cumprido esta missão e que as ações devem ser realmente implementadas, estas devem ser acompanhadas, fortalecidas por toda equipe e que se conquiste o próximo nível de aderência. Porém, numa visão mais geral, ainda são poucas adesões e certificações no Brasil, vejo como um instrumento de parametrização de gestão de RPPS que resultaria em um fortalecimento do Regime. Infelizmente tem gestores e até assessores que não acreditam no sucesso do Pró-Gestão, discordo, porque mesmo sabendo das dificuldades que enfrentamos numa gestão, na aplicabilidade de ações, de recursos administrativos ou até na motivação, as mudanças são sempre difíceis, principalmente dentro de um órgão público. No

Os prêmios de Boas Práticas e Inovação são estímulos à governança eficaz

Entrega de ato de aposentadoria

faz a diferença no
êmios por boa gestão

entanto, aconselho a conhecer o manual, implementar as ações possíveis, participar das premiações das Associações representativas, pois são caminhos importantes a serem percorridos e neste caso, quem dá o primeiro passo é o gestor do RPPS", aconselha Graça.

Para a gestora, tanto as premiações e principalmente a certificação do Pró-Gestão, são divisores em uma gestão de RPPS, "no entanto, ainda tem muito a se fazer, a continuidade de uma gestão pública comprometida é essencial, cito uma frase de uma palestrante no Congresso da ABIPEM que aconteceu em Fortaleza-CE, que tão bem representa a continuidade deste compromisso, "O RPPS NÃO É UMA QUESTÃO DE GOVERNO E SIM UMA QUESTÃO DE ESTADO". Colaborando ainda, cito este texto extraído do manual do Pró-Gestão: " A expressiva parcela do orçamento público destinada à manutenção dos RPPSs torna a sua boa gestão elemento essencial para o equilíbrio das contas públicas e a manutenção da capacidade de os entes federativos implementarem as políticas públicas de interesse da coletividade, razão pela qual deve-se garantir o pleno acesso da sociedade e segurados. E nesse sentido, cada ação comprometida do Ente federado, da Unidade Gestora previdenciária são estímulos para que outros sigam e todos comecem a perceber a importância para a sustentabilidade do sistema".

A gestora de sucesso afirma que "ocupar o cargo de Gestora, por mais honroso que seja, não é para mim motivo de vaidade, gerou em mim um sentimento de responsabilidade, dever e gratidão, trabalhar para manter um futuro tranquilo para os segurados é um grande compromisso, este que inicia principalmente com a responsabilidade do Ente, e a nós cabe fazermos uma gestão responsável. Trabalhamos com um público especial, que está aumentado sua expectativa de vida, além de nos preocuparmos com o equilíbrio financeiro e atuarial, também faz parte da missão do Estado desenvolver projetos que colaborem com a melhora da qualidade de vida dos servidores aposentados e dos pensionistas. E a proximidade que temos com os segurados do RPPS nos proporciona inúmeras oportunidades de intermediar essas ações, pois a qualidade de vida é um dos maiores desafios da longevidade", finaliza Graça, que é economista, CPA 20, atualmente está cursando MBA em liderança e gestão de negócios, Direito Administrativo e Gestão Pública. Está na gestão pública desde 1998, gestora de RPPS desde 2007, se diz uma eterna aprendiz sempre em busca da aprendizagem seja acadêmica, pela troca de experiências e pela leitura da vida. Esposa, mãe, irmã e filha de uma mulher especial (em memória) e que sempre a inspirou pela força e fé em Deus. Graça é dessas mulheres que sempre enxerga novas oportunidades e ajuda a transformar positivamente a vida das pessoas. ●

A equipe dando exemplo de cidadania na coleta seletiva

A oficina de artes manuais constrói muito mais que enfeites

Prefeito de Juazeiro, Arnon Bezerra em confraternização com idosos

Graça participando de confraternização para celebrar a vida dos aposentados

O resultado do trabalho de reciclagem realizado pelo Previjuno

Projeto Integração melhora auto-estima dos beneficiários

Uma ferramenta importante para empresas e RPPS, eSocial

O sistema público de escrituração digital que unifica todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (eSocial) foi inicialmente elaborado para atender um pequeno grupo direcionado ao trabalho doméstico. Atualmente o sistema é de adesão obrigatória para todas as empresas e todos os Entes Públicos Federados. Afinal, o que é o eSocial?

O eSocial é um projeto do Governo Federal, onde foi idealizado para unificar e centralizar o envio de informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de todos os trabalhadores brasileiros, independentemente do tipo de regime de previdência (RGPS ou RPPS) e de trabalho (estatutários, celetistas), prestadores de serviço sem vínculo empregatício, e de trabalhadores rurais, em uma única base de dados, de forma padronizada e enviadas num único arquivo eletrônico, via internet, para o Ambiente Nacional do eSocial.

O eSocial é organizado por eventos de tabelas, eventos periódicos, eventos não periódicos e de saúde e segurança do trabalhador (SST).

Entende-se por "Evento" um conjunto de informações padronizadas, dispostas em um leiaute, já definido, para preenchimento das informações legalmente exigidas. O eSocial possui leiautes onde é possível, dentro do mesmo banco de dados, o órgão público ou empregador fornecer informações, em uma sequência lógica, de acordo com as ações, desde o ingresso no órgão público ou admissão pela empresa até o término do vínculo. Esses leiautes serão validados observando as regras de preenchimento das informações pelo empregador, certificando ou rejeitando-as.

É bom colocar que as informações emitidas nos eventos iniciais serão usadas nos eventos seguintes. Nesse caso, para decidir alterar um certo dado de algum evento antigo, deverão ser observadas as possíveis consequência que poderão afetar eventos posteriores.

Uma das grandes vantagens do eSocial é que substituirá, gradativamente e de forma organizada, o preenchimento de vários documentos de obrigação legal, dentre eles GFIP, CAGED, RAIS, LRE, CAT, em um único documento, preenchido uma única vez, e não como era antes. Diminuindo, consideravelmente, a burocracia utilizada pelos órgãos públicos e empresas.

Para o órgão público ou empregador, será possível, mediante seu recibo de entrega, obter informação, cópia de algum evento, retificá-lo e se for o caso, até excluí-lo.

Ganha-se de todos os lados, tanto o declarante que poderá despender tempo para outras demandas diárias, quanto o trabalhador que poderá usufruir de forma mais eficiente de seus direitos trabalhistas, estatutários e previdenciários.

Frisamos que o eSocial não é uma nova obrigação tributária, e sim uma forma simplificada de cumprir com as obrigações legais existentes em um leiaute único com informações completas. Não alterando, inclusive, a legislação vigente. Devendo ser observado, no entanto, os prazos de envio, conforme o evento.

Com a publicação da Portaria Conjunta ME/SEPRT/SERFB nº 76, de 22 de outubro de 2020 que dispõe sobre o cronograma de implantação do eSocial, dividida em grupos e fases. Foram publicadas, também, as Portarias Conjunta ME/SEPRT/SERFB nº 77, de 22 de outubro de 2020, que aprova a versão S-1.0 RC do leiaute do e-Social e a Portaria Conjunta ME/SEPRT/SERFB nº 82, de 10 de novembro de 2020, que aprova a versão S-1.0 simplificada do leiaute e do Manual de Orientação do eSocial.

Cronograma de Implantação para o 4º Grupo (Órgãos Públicos)

1ª Fase - envio das informações constantes dos eventos das tabelas S-1000 a S-1080
2ª Fase - envio das informações constantes dos eventos não periódicos S-2190 a S-2399 (exceto os eventos de Segurança e Saúde do Trabalhador - SST)
3ª Fase - envio das informações constantes dos eventos periódicos S-1200 a S-1299
4ª Fase - envio das informações constantes dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240

Grupo 4 - órgãos públicos e organizações internacionais:

1ª Fase - 08/07/2021 - Apenas informações relativas aos órgãos, ou seja, cadastros dos empregadores e tabelas.
2ª Fase - 08/11/2021 - Nesta fase os entes passam a ser obrigados a enviar informações relativas aos servidores e seus vínculos com os órgãos (eventos não periódicos). Ex: admissões, afastamentos e desligamentos.
3ª Fase - 08/04/2022 - Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento (de todo o mês de abril/2022).
4ª Fase - 11/07/2022 - Na última fase deverão ser enviados os dados de segurança e saúde no trabalho (SST).

Necessário o envolvimento das diversas áreas dos órgãos públicos (Recursos Humanos, Financeiro, Contábil, Fiscal, Jurídica e Segurança no Trabalho), devendo os órgãos públicos estruturar e alinhar as equipes para organizar a adaptação do seu sistema com o leiaute do eSocial.

O eSocial veio para ficar em todo o território nacional, pois será a única forma que os órgãos e entidades terão para enviar suas informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas à base de dados nacional para cumprir com suas obrigações legais.

Demais informações estão disponíveis no Portal do eSocial em https://www.govbr ●

eSocial

FASES (art. 3º)	GRUPOS (art. 2º)			
	1º GRUPO	2º GRUPO	3º GRUPO	4º GRUPO
1ª FASE (Eventos de tabelas)	08/01/2018	16/07/2018	10/01/2019	08/07/2021 (a partir das 8:00 horas). O prazo fim para envio do evento da tabela S-1010 é até o início da 3ª fase de implementação.
2ª FASE (Eventos não periódicos)	1º/03/2018	10/10/2018	10/04/2019	08/11/2021 (a partir das 8:00 horas)
3ª FASE (Eventos periódicos)	1º/05/2018	10/01/2019	10/05/2021 (a partir das 8:00 horas)	08/04/2022 (a partir das 8:00 horas)
4ª FASE (Eventos de SST)	08/06/2021 (a partir das 8:00 horas)	08/09/2021 (a partir das 8:00 horas)	10/01/2022 (a partir das 8:00 horas)	11/07/2022 (a partir das 8:00 horas)

SPREV
Secretaria de Previdência
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Equipe Sprev eSocial

Cursos gratuitos
de certificação
para clientes RPPS.
Porque conhecimento
é um dos melhores
investimentos
que existem.

xp investimentos

A plataforma RPPS da XP quer continuar ajudando você a investir melhor, não só por meio de uma curadoria de produtos, mas agora também por meio de cursos desenhados especificamente para o segmento.

para saber mais:

rpps@xpi.com.br
www.xpinstitucional.com.br/plataforma/rpps

Rio de Janeiro, um abençoado no esforço de fortalecer os RPPSs

O Rio de Janeiro é um dos lugares mais espetaculares do mundo, seja pela beleza natural, pela riqueza cultural ou pelas enormes e conhecidas comunidades, e também se destaca quanto o assunto é RPPS. Resende e São Gonçalo são nossos destaques na coluna RAIO X. Municípios cariocas, eles dedicam esforço ao processo de melhoria contínua da gestão previdenciária. Se inspire nesses exemplos! ●

AEPREMERJ quer gestão eficaz para os RPPSs cariocas

Segundo a presidente da Associação carioca dos RPPSs, a AEPREMERJ, Luciane Pereira Rabha, ao longo de 2020 o trabalho foi focado em organizar a casa. "Trabalhamos com foco em arrumar as questões administrativas e financeiras da Associação e fomos pegos de surpresa por essa Pandemia, que mudou nossa forma de trabalhar. Fomos para o ambiente do trabalho on-line e aprendemos que podíamos levar aos nossos associados orientações e capacitações via lives oferecidas ao longo do ano".

Rabha salienta que em relação a gestão, existe um olhar atentos em relação as alterações trazidas pela EC/013 e está sendo construído o GT de trabalho para discutir a reforma em todo Estado. "Estamos focados nas necessidades apontadas pelos nossos associados e partindo da necessidade de cada um, vamos ajustando nossas demandas para dar apoio aos institutos. Para o ano de 2021 vamos continuar com as Jornadas Previdenciária on--line ,e somente no segundo semestre vamos começar os eventos presenciais, inclusive o nosso Congresso. Estamos fazendo visitas técnicas a todos os institutos associados e não associados buscando mais filiados para nossa entidade. Em breve estaremos lançando a Cartilha Previdenciária para ser mais um instrumento que vai auxiliar os institutos nos debates acerca da Previdência", ressalta. ●

Luciane Rabha
Quer ver a AEPREMERJ cada dia mais forte

Situação previdenciária dos RPP

O principal objetivo de um RPPS é garantir a tranquilidade financeira que os servidores tanto esperam na sua aposentadoria. Para isso, realizar uma boa gestão é fundamental, pois, mal gerido, um RPPS pode não só eliminar esse sentimento de tranquilidade, mas também se tornar um enorme entrave para as finanças públicas.

Assim, no intuito de realizar uma análise atuarial da gestão dos RPPSs brasileiros, a série de artigos SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS RPPSs, apresentará nessa edição os indicadores de desempenho dos Regimes Próprios do Estado do Rio de Janeiro.

Ranking de efetivação de regimes próprios

O indicador **Efetivação de Regimes Próprios** representa quantos municípios de um determinado Estado possuem RPPS. De acordo com esse indicador o RIO DE JANEIRO ocupa hoje a 1ª posição no ranking com 85% de efetivação, possuindo 79 municípios com RPPS do total dos 92 existentes no Estado.

Análise populacional

Com base nos dados dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais (DRAA) de 2018, fornecidos pela Secretaria de Previdência - SPREV, pode-se observar que tais RPPSs fluminenses possuem um total de aproximadamente 550 mil segurados.

Os servidores ativos representam 51% da massa total de segurados, contando com uma idade média de 49 anos e uma remuneração média de R$ 4.130 mensais.

Com relação aos servidores inativos, 71% são aposentados e 29% são pensionistas.

Em dia com o órgão fiscalizador

O Órgão regulador, com o objetivo de garantir a qualidade da gestão previdenciária e a segurança do segmento, emite o CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária aos municípios que indicarem, por meio de sua gestão do RPPS, que possuem os critérios necessários para sua a obtenção, dentre os quais destaca-se: A comprovação de que os repasses contributivos estejam em dia por parte do Ente federativo, assim como, que a Avaliação Atuarial do RPPS seja realizada e apresentada dentro dos prazos pré-estabelecidos.

Com relação aos RPPSs do RIO DE JANEIRO podemos observar que 49% estão com o CRP irregular ou o obtiveram por via judicial, o que indica o não cumprimento dos critérios estabelecidos pelo Órgão regulador. Um dos principais motivos é a não realização da Avaliação Atuarial.

Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho são índices de gestão que refletem a performance Financeira e Atuarial dos RPPSs, de modo que o município possa ter uma perspectiva da situação atual do regime, bem como, poder analisar sua evolução e traçar ações estratégicas com o intuito de garantir aos seus segurados a tão esperada estabilidade durante o período de aposentadoria.

O **Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos - ICBC** demonstra que os valores acumulados nos fundos dos RPPSs do RIO DE JANEIRO são capazes de garantir apenas 63% dos benefícios futuros dos atuais aposentados e pensionistas, ou seja, aqueles já concedidos.

Como a reserva matemática de benefícios concedidos está parcialmente coberta o **Índice de Cobertura dos Benefícios a Conceder - ICBaC** equivale a 0%, indicando, de maneira teórica, que ainda não houve acúmulo de recursos para custear os novos benefícios.

De forma agregada, ao comparar os recursos financeiros acumulados com o total de reserva matemática dos RPPSs, verifica-se que apenas 22% das obrigações futuras estão cobertas, indicando que existe um risco de déficit atuarial de 78% do valor das reservas. Para fins de se ter um equilíbrio técnico atuarial, o **IC-Total** deveria ser igual ou superior a **1**.

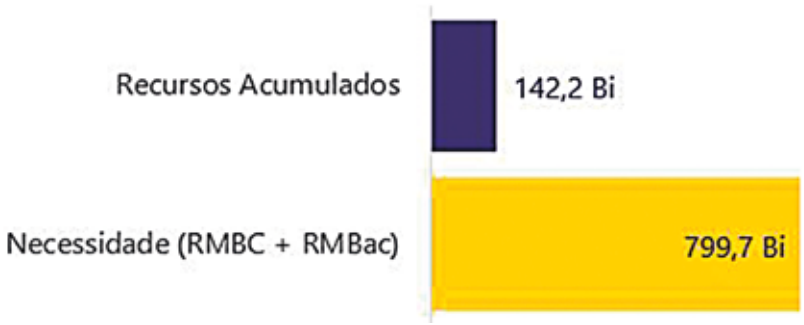
O indicador de **Maturidade Populacional** demonstra a proporção entre segurados ativos e segurados em recebimento de benefícios. Os RPPSs do RIO DE JANEIRO de forma agregada, apresentam atualmente uma relação de 1,08 segurados ativos para cada um em benefício. Resultado preocupante dada a conjuntura das Reservas Matemáticas, pois valores abaixo de 5 demonstram que o RPPS possui um perfil demográfico favorável ao consumo de recursos previdenciários.

Sob uma perspectiva de fluxo de caixa dos RPPSs, o **Índice de Cobertura Financeira** demonstra a proporção entre as receitas anuais com contribuição e as despesas com benefícios. Atualmente, o índice observado para o Estado do RIO DE JANEIRO é de 71%, ou seja, as receitas (arrecadação de contribuições) são inferiores as despesas (pagamento de benefícios) em 0,29p.p., apresentando, portanto, um fluxo de caixa negativo com uma forte tendência de consumo dos recursos acumulados.

Ss do Estado do Rio de Janeiro

Quanto ao **resultado atuarial**, de maneira agregada, os Institutos do Estado do RIO DE JANEIRO se encontram em uma situação atuarialmente preocupante, pois possuem um déficit acumulado de 82% de suas reservas, totalizando 657 bilhões.

Verificamos ainda que, de maneira conjunta os RPPSs já reconheceram 647 bilhões (98%) do respectivo déficit, implementando os planos de amortização necessários para reequilibrar as contas.



De maneira geral, os Regimes Próprios do Rio de Janeiro estão em uma situação de risco atuarial, uma vez que não possuem suas reservas formadas e ainda apresentam características financeiras e demográficas desfavoráveis a acumulação de recursos previdenciários, dificultando a manutenção adequada do sistema previdenciário dos servidores públicos. Momentos assim requerem uma reavaliação das estruturas de custeio de cada RPPS de modo a estabelecer um curso mais adequado para os próximos anos. Desta forma, é importante fomentar aprimoramentos na gestão previdenciária, a fim de trazer elementos, como os apresentados nessa matéria, que auxiliem na tomada de decisão e assegurem cada vez mais um futuro tranquilo a todos seus servidores e uma sustentável gestão dos cofres públicos.

Até a próxima. ●

Lucas Azevedo Fonseca
Atuário, Consultor Previdenciário e Sócio da LUMENS ATUARIAL.

@lumensatuarial
www.lumensatuarial.com.br
lumens@lumensatuarial.com.br

Rio Grande do Sul | (51) 3150 4499
Santa Catarina | (48) 3306 4134
Minas Gerais | (31) 3614-7260

LUMENS ATUARIAL

TRANSFORMAMOS NÚMEROS EM DIRECIONAMENTOS

Servidores públicos de São Gonçalo contam com RPPS forte

São Gonçalo é a segunda cidade mais populosa do Estado, estando atrás apenas da Capital. Sua importância é reconhecida, não só pela sua dimensão, como também pela sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá, sendo importante polo de comércio e de negócios.

O IPASG é uma autarquia municipal, responsável pela gestão do RPPS gonçalense, criada por Lei nº 036, de 27/12/1989. Inicialmente o IPASG condensava a gestão assistencial e previdenciária, contudo em 15/09/2011, passou a ocupar-se exclusivamente da previdência. Com a criação da FUNASG todos os cargos, acervos, dotações orçamentárias e patrimônio afetos à assistência social foram transferidos para a nova fundação autárquica. Atualmente o IPASG encontra-se em fase de estudos para reformulação administrativa e normativa para adaptar-se às novas demandas do RPPS e também da Reforma da Previdência.

Passados mais de 30 anos de sua criação, o órgão vem experimentando, nos últimos anos, importante desenvolvimento estrutural, culminando com 3.833 mil beneficiários, dentre os quais, 3.046 aposentados e 787 pensionistas e um crescimento patrimonial aproximado de 321% desde 2016, trazendo tranquilidade e segurança para os aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, bem como aos servidores ativos que contribuem para o órgão.

A atual diretoria, ao assumir a gestão, tinha carteira representada por 29,31% em Renda Fixa e 70,69% em Renda Variável, posição completamente contrária ao estabelecido na Resolução 3.922/2010 do CMN. Atualmente, com base em novembro de 2020, a distribuição encontra-se: Renda Fixa 88,40% e Renda Variável 11,60%. A postura adotada pelo IPASG é no sentido de aumento do patrimônio investido, redução dos percentuais de iliquidez, dos fundos que já compunham a carteira, e para isso busca aplicações com menor risco e volatilidade, evitando níveis elevados de risco e alocando os recursos de acordo com os limites permitidos pela legislação vigente, primando pela preservação do enquadramento da carteira e a proteção do patrimônio, evitando correr riscos maiores, optando pela continuidade do perfil conservador tendendo a moderado.

A política de investimentos para 2021 levou em consideração o trinômio "risco-retorno-legislação", e tem como objetivo a garantia do equilíbrio a longo prazo entre o retorno dos ativos e suas obrigações, além de buscar atingir ou superar a meta atuarial.

A missão institucional do RPPS é garantir futuro digno para os servidores que já encerraram sua jornada profissional e oferecer aos demais, acesso a elementos necessários para planejarem sua aposentadoria com sabedoria, gerir com sustentabilidade e responsabilidade os recursos financeiros e capitalizados e promover uma gestão transparente, honesta, perene e democrática em benefício de todos. "Além disto, buscamos alcançar a excelência no atendimento aos segurados e dependentes por meio do acesso completo às informações pertinentes, atendimentos personalizados e técnicos, ofertando-lhes incondicionalmente respeito, compreensão e dignidade" destaca a gestora Marcelle Cipriani de Almeida, servidora do IPASG, formada em Direito, pós-graduada em Gestão Pública Municipal, assumiu a gestão do RPPS em 2017, sendo mantida pelo prefeito eleito.

O IPASG está instalado em um prédio comercial ocupando 11 salas. A estrutura conta com 22 servidores efetivos, 11 comissionados e 1 servidor efetivo exercendo cargo em comissão cedida da administração direta. Os repasses do ente Municipal são realizados em dia, e o órgão se encontra com CRP válido. "Em 2019 iniciamos os esforços para a realização do segundo concurso público do IPASG, após 7 anos da realização do primeiro, que acabou precisando ser adiado por conta da Pandemia, mas que se realizará ainda no primeiro semestre de 2021. O órgão está extremamente entusiasmado para a chegada dos novos servidores, a fim de possibilitar a realização de diversos projetos para os beneficiários e servidores que a gestão possui. Temos grande preocupação com o bem-estar dos nossos beneficiários, o que nos motivou a criar a Comissão Permanente de Combate ao Assédio Moral - CPCAM, em parceria com o MPRJ. Tal Comissão é responsável por conscientizar os servidores e a população sobre a prática de assédio moral no ambiente de trabalho, além de apurar os possíveis casos que possam vir a surgir. Através da CPCAM foi possível a realização, na semana do servidor público, de palestras com especialistas sobre o tema, para conscientização e combate ao assédio moral, realizada na sede do Ministério Público do Rio de Janeiro em São Gonçalo. No ano de 2020 ainda, o IPASG passou também por uma Auditoria Direta não presencial de Informações Previdenciárias. A auditoria restringiu-se aos anos de 2015 a 2019 e tratou especificamente da verificação da consistência das informações prestadas pelo ente federativo nos demonstrativos obrigatórios exigidos pela SRPPS/SPREV/ME e recebidos via CADPREV - WEB. De acordo com o relatório final, em dezembro de 2020, a mesma foi concluída "sem o apontamento de irregularidades". Para os próximos anos, o IPASG começa jornada voltada à capacitação dos servidores e bem-estar dos beneficiários, principalmente neste momento em que passamos a atuar no chamado 'novo normal'. Nosso desafio é manter a proximidade com as pessoas atendidas pelo IPASG e a tornar o órgão cada vez mais acessível aos servidores e às suas dúvidas, após um período em que o que mais precisamos exercitar foi o distanciamento", ressalta Marcelle.

A palavra para esse novo período talvez seja "capacitação", ou seja, investir no material humano do RPPS, para que estes possam conscientizar e informar os servidores ativos que ainda não se aposentaram, e também possam atender com excelência e dedicação aos aposentados e pensionistas. Previdência não é um assunto dos mais acessíveis para a grande maioria, e, neste momento, pós-Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência), os RPPSs têm sido bastante procurados para dirimir dúvidas dos servidores, por isso precisamos estar preparados e capacitados para os novos desafios" arremata a gestora.

Marcelle
é uma gestora otimista e ativa

Equipe que faz acontecer no RPPS

Resende se consolida como RPPS preocupado com governança eficaz

O Instituto de Previdência do Município de Resende - RESENPREVI foi criado em 31/12/2001, através da Lei Municipal nº. 2325/2001. Atende atualmente 4.957 servidores ativos, 1.203 aposentados e 198 pensionistas. O Instituto possui 20 servidores, todos concursados.

Com Patrimônio Líquido de R$ 396.803.218,20 e CRP em dia, o RPPS conta com **performance positiva graças também ao repasse em dia das contribuições por parte da Prefeitura**. "Mesmo nesse momento difícil, o município mantém o compromisso previdenciário estando com os repasses rigorosamente em dia, inclusive dos aportes para cobertura do déficit atuarial", conta Antônio Geraldo Dias Peixoto, servidor público do município há 36 anos, faz parte da história do RPPS desde sua criação, desde 2009 ocupa a presidência, é formado em Administração de Empresas e pós-graduado em Gerente de Cidades.

O gestor destaca que a governança do Instituto é focada no respeito ao patrimônio dos servidores. "Para isso contamos com uma equipe técnica formada por servidores de carreira, conselhos deliberativo e fiscal e comitê de investimentos com membros atuantes, fortalecendo nossa autonomia administrativa e financeira, com transparência e governança".

E visando oferecer aos beneficiários projetos e ações de impacto na realidade deles o RPPS mantém projetos como o RESENPREVI ITINERANTE, cujo objetivo é levar educação previdenciária aos segurados. Foi criado também o informe mensal "Prestando Contas", com informações simplificadas de fácil entendimento, divulgadas nas redes sociais, melhorando a governança com foco na transparência. Também são celebrados convênios com instituições financeiras, buscando sempre juros mais baixos em empréstimos consignados, além de convênios odontológicos.

O RPPS iniciou as atividades no início de 2002, com 02 servidores cedidos, em uma sala disponibilizada pela administração municipal. Em 2004 foi alugado o primeiro imóvel e realizado o primeiro concurso. Outros cinco concursos foram feitos posteriormente. No ano de 2009, foi realizado o grande sonho, a conquista da sede própria, que já passou por reformas e adaptações nos anos de 2011 e 2018. "E não paramos de sonhar com mais melhorias. Para 2021 nossa perspectiva é que seja um ano com menos turbulência no mercado financeiro, para que possamos direcionar nossos esforços na aprovação das leis de alteração do sistema previdenciário do município, buscando adequação à Emenda Constitucional 103/2019. E iniciarmos o processo junto ao Pró-gestão, buscando melhorar ainda mais nossa classificação no Indicador de Situação Previdenciário-ISP da SPREV-ME", destaca o gestor.

Sede do RPPS, ampla e confortável

Antonio Dias

O gestor trabalha para mais conquistas

Equipe Resenprevi

Facilite o dia a dia do **RPPS**

com a solução completa para análise e consolidação de investimentos.

Base de Dados de Fundos:

Avalie e compare todos os fundos do mercado

Veja a carteira dos fundos e dos RPPS e saiba onde investem

Consolidação de Carteiras:

Acompanhe a rentabilidade e a liquidez de sua carteira

Calcule indicadores de risco e performance

Identifique o enquadramento de seus investimentos na Resolução 4604

Gere automaticamente o XML do DAIR e do AUDESP (SP), além das APR's

Uma **plataforma ideal** também para Bancos, Seguradoras, Gestoras, Wealths, Fundos de Pensão e Empresas de Grande Porte.

Conheça mais sobre o sistema que vai melhorar o dia a dia na sua empresa

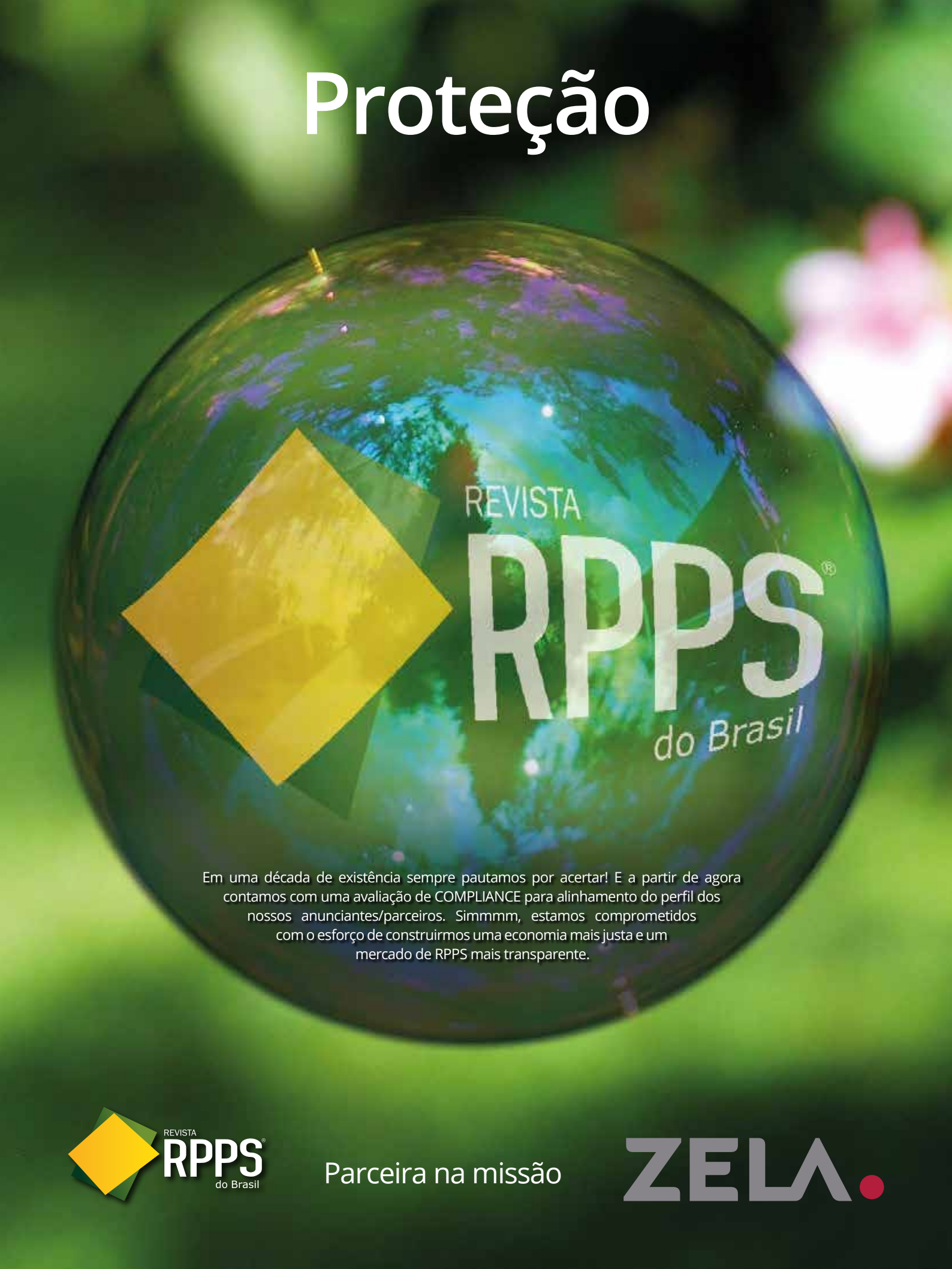
11 4133.4900

comdinheiro.com.br

COMDINHEIRO

SOLUÇÕES PARA O MERCADO FINANCEIRO

Proteção



Em uma década de existência sempre pautamos por acertar! E a partir de agora contamos com uma avaliação de COMPLIANCE para alinhamento do perfil dos nossos anunciantes/parceiros. Simmmm, estamos comprometidos com o esforço de construirmos uma economia mais justa e um mercado de RPPS mais transparente.

REVISTA RPPS® do Brasil

Parceira na missão

ZELA.

RAIO X RPPS

Visando evidenciar o que as regiões brasileiras estão construindo em termos de Regime Próprio de Previdência Social, a Revista RPPS do Brasil criou o espaço RPPS Raio X, cujo objetivo é fazer um raio x das Associações e dos Institutos de cada região do Brasil. Na **56ª Edição** da Revista RPPS do Brasil, vamos mostrar os **RPPSs do Mato Grosso**. Portanto, se você é gestor ou trabalha com esse segmento, não perca a oportunidade.

Entre em contato:
contato@revistarppsdobrasil.com.br
64 **3411 6345** | **99949 7898**